

BJIR

Brazilian Journal of International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 9 | edição nº 3 | 2020

*Avaliação da implementação da
cooperação sul-sul do Brasil com
São Tomé e Príncipe nos governos
Cardoso, Lula e Rousseff*

Alexandre Rocha Violante; Luiz Pedone

 **Igepri**
Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais

 **unesp**
Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho"

A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),
EBSCO Publishing e Latindex

AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL DO BRASIL COM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE NOS GOVERNOS CARDOSO, LULA E ROUSSEFF

Alexandre Rocha Violante¹; Luiz Pedone²

Resumo: Os governos Cardoso, Lula e Rousseff apresentaram, ressaltadas suas peculiaridades político-estratégicas, a política de Cooperação Sul-Sul como uma das bases de inserção no sistema internacional. Baseados nos objetivos e metas da política externa, dos documentos de alto nível da Defesa Nacional e dos acordos de cooperação com São Tomé e Príncipe foram estabelecidos projetos, ações e atividades que visaram ressaltar a liderança brasileira no Atlântico Sul. Com isso, visou-se incrementar o hard power de viés militar de ambos os Estados e propiciar uma indução de segurança na região. A escolha por este Estado ocorreu por sua localização no Golfo da Guiné – área privilegiada por recursos vivos e não-vivos, como grandes bacias petrolíferas, mas sujeita às ditas “novas ameaças” e à cobiça de Estados com maior poder relativo regionais e extrarregionais. A hipótese da pesquisa é que a intervenção pública se mostrou falha em sua execução, sendo dependente das conjunturas interna e externa de cada país (principalmente do Brasil). Assim, o objetivo principal do artigo passou pela avaliação da implementação da Cooperação Sul-Sul do Brasil com São Tomé e Príncipe de 1995 a 2016, por meio da metodologia de avaliação de políticas públicas de Vedung, com a utilização da teoria da intervenção, modelo de efetividade voltado para a consecução de suas metas, ilustração de stakeholders e avaliação em oito problemas. Por fim, identificaram-se os gaps que atrapalharam a consecução deste projeto de poder pelo Estado Brasileiro no período.

Palavras-chaves: Análise e Avaliação; Brasil; Cooperação Sul-Sul; Políticas Públicas; São Tomé e Príncipe.

¹ É Professor de Relações Internacionais da Escola de Guerra Naval (EGN) e Professor Colaborador de Relações Internacionais do Instituto de Estudos Estratégicos (INEST) da UFF. Doutorando em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança pela Universidade Federal Fluminense (UFF) (2017). Mestre em Ciências Navais e em Estudos de Estado-Maior para Oficiais Superiores pela Escola de Guerra Naval (2013). Especialista em Gestão Empresarial pelo Instituto COPPEAD/UFRJ (2013). Especialista em Relações Internacionais pela PUC-RJ (2012). Especialista em Direito Internacional e Direitos Humanos pela Universidade Cândido Mendes RJ (2011). Atua em dois grupos de pesquisa: Estudos Marítimos e Ciências do Mar, como Professor Pesquisador da EGN; e 2- Política Internacional e Gestão do Espaço Oceânico, como Professor Pesquisador da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Email: alexandreviolante@id.uff.br

² Professor Associado de Relações Internacionais e Políticas Públicas do Instituto de Estudos Estratégicos criado na Universidade Federal Fluminense. Até 2011, professor do Departamento de Ciência Política no PPG em Ciência Política (PPGCP) e no PPG de Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança e na Graduação em Relações Internacionais. PhD em Ciência Política pela University of Massachusetts Amherst (1989). Foi professor da Universidade de Brasília de Ciência Política/ Políticas Públicas e de Administração (1976-2003). Fundador e pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas (NP3 / UnB). Pós-doutorados de pesquisa na Uppsala University. Stockholm University e Swedish Defence University, Pesquisador sênior associado ao Núcleo de Estudos Estratégicos NEST-UFF desde novembro de 2006, agora denominado Núcleo de Estudos Estratégicos Avançados (NEEA). Email: luizpedone@id.uff.br

EVALUATION OF THE IMPLEMENTATION OF SOUTH-SOUTH COOPERATION BETWEEN BRAZIL AND SÃO TOMÉ AND PRÍNCIPE IN THE CARDOSO, LULA AND ROUSSEFF GOVERNMENTS

Abstract: The Cardoso, Lula and Rousseff governments presented, except for their political and strategic peculiarities, the South-South Cooperation policy as one of the bases for insertion in the international system. Based on the objectives and goals of foreign policy, the high-level documents of National Defense and the cooperation agreements with São Tomé and Príncipe, projects, actions and activities were established that aimed at highlighting the Brazilian leadership in the South Atlantic, increasing the hard power of bias both states and promote security in the region. The choice for this State was due to its location in the Gulf of Guinea – a privileged area for living and non-living resources, such as large oil basins, but subject to the so-called “new threats” and the greed of States with greater regional and extra-regional relative power. The hypothesis is that public intervention proved to be a failure in its execution, being dependent on the internal and external conjunctures of each country (mainly from Brazil). Thus, this article's main objective is to evaluate the implementation of the Brazilian South-South Cooperation program with São Tomé and Príncipe from 1995 to 2016, through the methodology of public policies of Evert Vedung, using intervention theory, an effectiveness model aimed at achieving its goals, illustrating stakeholders and evaluating eight problems. identifying the gaps that hindered the achievement of this power project. Finally, the gaps that hindered the achievement of this power project by the Brazilian State in the period were identified.

Key-words: Analysis and Evaluation; Brazil; South-South cooperation; Public policy; Sao Tome and Principe.

I. INTRODUÇÃO

O arcabouço teórico das Relações Internacionais sobre a cooperação internacional baseia-se em diversas e diferentes análises, distribuídas em várias linhas de pensamento. Pode-se considerar a cooperação brasileira por preceitos realistas, institucionais-liberais, construtivistas etc. Realista ao perceber que o Estado intenciona assegurar maior inserção, poder e influência no tabuleiro geopolítico das relações internacionais. Institucional-liberal ao demonstrar que o poder e a circulação de informação, por meio das instituições, são as principais variáveis para a compreensão e manipulação desse sistema. Construtivista ao relacionar a cooperação com imperativos humanitários e compromissos éticos, utilizando-se do

soft power como poder comportamental, fundamentando-se nas ideologias e nos aspectos culturais manifestos pelos Estados.

Nesse sentido, cabe apresentar os instrumentos comuns da Cooperação Internacional ao Desenvolvimento (CID), que são importantes ao entendimento deste trabalho: 1- a cooperação técnica – através de troca de conhecimentos e transferência de tecnologia; 2) a cooperação científica e tecnológica (C&T) – como fomento à pesquisa e intercâmbio de informações tecnológicas; 3) a cooperação educacional – como nos programas de bolsas de estudo para estrangeiros; e 4) a cooperação humanitária – utilizada para minimizar os efeitos de catástrofes naturais, epidemias, fome, dentre outras necessidades (PUENTE, 2010).

Tais instrumentos da CID ainda podem ser divididos em três tipos: 1) Cooperação Norte-Sul, realizada entre países desenvolvidos e em desenvolvimento (Cooperação Vertical); 2) Cooperação Triangular, que é uma cooperação mista, formada por dois ou mais países em desenvolvimento e apoiada por recursos de países do Norte desenvolvido; e 3) **Cooperação Sul-Sul (CSS)** ou Cooperação Horizontal, realizada entre dois ou mais países em desenvolvimento, embasada nos princípios horizontalidade, consenso e equidade, tendo como marco fundamental e inicial a Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica para Países em Desenvolvimento (CTPD), pelo Plano de Ação de Buenos Aires, em 1978 (PUENTE, 2010). Ressalva-se que, mesmo na horizontalidade, é muito difícil conseguir uma completa equidade na inter-relação entre os Estados. Mesmo em menor escala sempre haverá uma verticalidade entre o receptor e o doador.

Para dirimir quaisquer dúvidas, é importante ressaltar que a CTPD é um instrumento de CSS. A CSS é, portanto, mais abrangente, incorporando, além da cooperação técnica, todos aqueles outros tipos da CID, bem como outras relações com os países em desenvolvimento. Puente (2010, p.75) esclarece:

São ainda quase sinônimos da CTPD tanto o termo cooperação técnica horizontal, quanto a expressão cooperação Sul-Sul, embora esta última contenha elementos distintivos particulares. Na realidade, a cooperação Sul-Sul abrange um leque maior de postulações e atividades que vão além da Cooperação técnica, e normalmente traduzem também os esforços de coordenação diplomática dos países em desenvolvimento no âmbito das relações internacionais, sobretudo na esfera econômica.

A Cooperação Sul-Sul foi um processo de articulação inserido na política externa e de defesa dos Governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), como forma de projeção de poder por meio de relações mais horizontais com países em desenvolvimento e emergentes. Este projeto não foi o

único implementado pelo país. Respeitadas as peculiaridades e prioridades de matizes ideológicas dos três governos, a multilateralidade e a mundialização das relações internacionais foram adotadas nas relações entre os Estados.

Soft power é conceituado por Nye (2004) como noção de “poder comportamental” e se fundamenta nos aspectos culturais manifestados pelos Estados. Este difere do *hard power*, caracterizado por ser um poder mais coercitivo. Assim, o *soft power* é pautado em três recursos importantes: a cultura, os valores políticos e a política externa. Nye (2012) define o poder como fonte de recursos tangíveis ou intangíveis. Neste enfoque, ele afirma que o poder militar e o poder econômico (*hard power*) combinam tanto recursos como comportamentos, ressaltando a importância da conversão de poder como variável fundamental na busca da eficiência e da eficácia na consecução dos objetivos nacionais. Uma combinação correta dos recursos *hard* e *soft* é que depende uma estratégia de poder que atinja uma política bem-sucedida, chamada por ele de *smart power*.

A CSS se aproxima de uma estratégia que buscou inter-relacionar dois tipos de poder: o *hard* e o *soft*. Nessa compreensão, *soft power* é conceituado por Nye (2004) como noção de “poder comportamental” e se fundamenta nos aspectos culturais manifestados pelos Estados. Este difere do *hard power*, caracterizado por ser um poder mais coercitivo. Assim, o *soft power* é pautado em três recursos importantes: a cultura, os valores políticos e a política externa. Nye (2012) define o poder como fonte de recursos tangíveis ou intangíveis. Ele afirma que o poder militar e o poder econômico (*hard power*) combinam tanto recursos como comportamentos, ressaltando a importância da conversão de poder como variável fundamental na busca da eficiência e da eficácia na consecução dos objetivos nacionais.

Assim, de uma combinação correta dos recursos *hard* e *soft* é que depende uma estratégia de poder que atinja uma política bem-sucedida, chamada por Nye (2012, p.14) de *smart power*. Abrangendo tais conceitos, a combinação de áreas e campos de atuação, se bem desenvolvidos, resultarão em uma relação mais interdependente e cooperativa entre os Estados.

A escolha por analisar São Tomé e Príncipe se justifica por várias razões. São Tomé e Príncipe é um Estado insular que se encontra no Golfo da Guiné, uma área estratégica cada vez mais relevante principalmente pelo incremento do comércio marítimo em suas águas, uma vez que não há qualquer ponto de estrangulamento com grande concentração de navios ou possíveis bloqueios marítimos, como os que podem ocorrer no Estreito de Málaca ou no Canal de Suez.

São Tomé e Príncipe, é um Estado muito pouco estudado na academia, entretanto, em um caminho inversamente proporcional, ele angariou, recentemente, com o advento da Convenção das Unidas para o Direito do Mar (CNUDM), grandes espaços marítimos em região

tão importante estrategicamente, incremento as águas sob sua jurisdição, como pode ser observado no Quadro a seguir, com relação a seus parceiros na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Quadro 1: ZEE, Territórios, Fator Mar/Terra (CPLP).

País	ZEE (km ²)	Território (km ²)	Fator Mar/Terra
Angola	555.644	1.246.700	0,45
Brasil	3.500.000	8.500.000	0,41
Cabo Verde	734.265	4.033	182,06
São Tomé e Príncipe	160.000	1.001	159,84
Guiné-Bissau	40.123	36.125	1,11
Moçambique	363.000	801.590	0,45
Portugal	1.656.181	91.763	18,05
Timor-Leste	75.000	18.899	3,97

Fonte: CNUDM; DIONÍSIO DA SILVA, 2016.

Esses espaços marítimos têm convivido com as ditas “novas ameaças³” – principalmente a pirataria. Se até pouco tempo atrás as ações de pirataria se restringiam ao litoral oriental do continente africano, sobretudo nas cercanias marítimas da Somália, agora estas vêm avançando na costa ocidental. Na atualidade, São Tomé e Príncipe confronta-se com um grande desafio, que é a segurança das suas águas jurisdicionais, motivo pelo qual vem envidando esforços próprios e em parcerias bilaterais e multilaterais para a garantia da segurança marítima e proteção de seus recursos vivos e não vivos.

Não se pode esquecer, ainda, do interesse geopolítico das potências centrais no Atlântico Sul, o que pode afetar a soberania dos Estados da costa ocidental africana e do Brasil. Para Marroni (2013), quando os países passaram a considerar mar, seu leito e subsolo não apenas como via de transporte ou fonte de alimentos, mas como geradores de riquezas e de considerável importância estratégica, a agenda geopolítica, a significação econômica, a política dos recursos naturais e o direcionamento estratégico do poder passaram a influenciar as relações entre os Estados. Um recurso vivo ou não-vivo torna-se estratégico quando é escasso e potencialmente vital para o desenvolvimento. O componente conflituoso da geopolítica então

³ São comumente identificadas como: terrorismo, tráfico ilegal de armas, drogas e pessoas, pesca ilegal, contrabando, descaminho, pirataria e até ações terroristas.

ocorre a partir da assimetria natural de sua dotação. Enquanto em alguns espaços há abundância, em outros há escassez, frente às necessidades econômicas nacionais em utilizá-lo.

Para garantir a segurança e a defesa das águas jurisdicionais e desse entorno estratégico é relevante que o Brasil e os Estados vizinhos tenham a capacidade de proteger suas soberanias marítimas, mantendo-as livres de ameaças estatais e das “novas ameaças”.

Essa necessidade estratégica na região resultou em políticas externa e de defesa que tiveram como força motriz a CSS. O retorno a uma política africana, similar à que existiu, por exemplo, nos anos 1970, quando o reconhecimento, quase imediato, das independências dos Estados africanos, e a intensificação de relações com esses Estados, muitos ligados a movimentos revolucionários socialistas, caracterizou um “pragmatismo responsável”, foi retomada, após breve interregno causado por políticas neoliberais nos anos 1990, em que, de acordo com Cervo (2013), o Estado brasileiro, procurou se beneficiar da globalização, alterando o conceito de desenvolvimento ao de uma simples expansão industrial aliada ao crescimento econômico que, mais tarde, foi reduzida, sob os auspícios da estabilidade econômica, apenas à estabilidade monetária. Com isso, o eixo vertical das relações internacionais foi mais valorizado, em detrimento a relações mais assertivas com os países africanos, pelo menos com os chamados pequenos PALOP.

Portanto, tendo como hipótese de pesquisa que a intervenção pública (CSS) se mostrou falha em sua execução, sendo dependente das conjunturas interna e externa de cada país (principalmente do Brasil), fez-se uso de revisão bibliográfica de aspectos históricos, de política externa e de defesa desses Estados, além da metodologia de avaliação de políticas públicas de Vedung e Pedone (2020), do livro *Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: Fundamentos e Modelos*, em versão expandida e ampliada do livro *Public Policy and Program Evaluation*, de Vedung (1997), procurou-se, como objetivo principal, avaliar a implementação desse processo de inserção política internacional – a CSS do Brasil junto a São Tomé e Príncipe, de 1995 a 2016. É importante ressaltar que mesmo em governos de vieses ideológicos distintos, mesmo durante a fase de priorização de centros mais sofisticados de poder, sempre houve uma política africana no Ministério das Relações Exteriores (MRE).

A pesquisa, além desta introdução e Considerações finais, possui duas seções principais. Na primeira seção, como objetivo específico, analisou-se a Cooperação Sul-Sul do Brasil com São Tomé e Príncipe nos governos Cardoso, Lula e Rousseff, em suas relações bilaterais e multilaterais que envolveram diversos aspectos da política externa e de defesa desses países e de outros que são apresentados, também, como importantes parceiros de São Tomé e Príncipe.

Na segunda seção, a análise da CSS foi orientada pela utilização de métodos de avaliação de políticas públicas, mais especificamente pela Teoria da Intervenção, do uso do modelo de efetividade (*effectiveness model*), voltado para a consecução de suas metas (*goal attainment model*), pela avaliação em oito problemas e pelo modelo de Stakeholders.

Por fim, constatou-se que os objetivos político-estratégicos derivados da Cooperação Sul-Sul, baseados em acordos de cooperação firmados pela política externa brasileira e dos documentos de alto nível da Defesa Nacional foram parcialmente atingidos, devido aos *gaps* (interrupções) apresentados no processo, de 1995 a 2016. Esses *gaps* foram mais acentuados no 1º mandato de Cardoso, minimizados ao final de seu 2º mandato e ao longo do 1º mandato de Lula, mas retornaram no decorrer do mandato de Rousseff, principalmente a partir de 2013/14, com a queda de recursos e novos projetos de CSS.

II. A COOPERAÇÃO SUL-SUL DO BRASIL COM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

O processo de independência de São Tomé Príncipe não ocorreu de forma tão pacífica. Os movimentos autonomistas das colônias portuguesas na África, originados e estabelecidos em Lisboa, bem como o massacre de santomenses que não aderiram ao recrutamento forçado para o trabalho nas roças do *plantation* marcaram a tomada de consciência com vistas à autodeterminação política (NEVES, C. e CEITA, 2004).

Em setembro de 1960, foi criado o Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP) formado por forros da elite no exílio. Em 1962, o CLSTP foi reconhecido oficialmente pela ONU. Em 1972, o CLSTP foi reconstituído sob o nome de Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP). Em um crescente de ações, a Revolução dos Cravos de abril de 1974 incentivou maior ação política nas ilhas com a interrupção total do cultivo e da colheita de cacau e café (ÉVORA, 2011). Com isso, as negociações diplomáticas entre o MLSTP e Portugal avançaram e, em 26/11/1974, foi assinado o Acordo de Argel, firmando a data de 12/07/1975 para a independência. Um governo de transição foi estabelecido, formado por cinco membros do MLSTP e por um alto-comissário do governo português (NEVES e CEITA, 2004).

Como a maioria das ex-colônias portuguesas, São Tomé e Príncipe, após se estabelecer como Estado, teve sua economia voltada para o exterior, dependendo fortemente da cooperação internacional e de recursos de sua diáspora para se manter. Atualmente, esta situação não difere muito, mas novas parcerias têm sido firmadas no intuito de transformar o país em um *hub* logístico na porta de entrada de mais de 200 milhões de consumidores no Golfo da Guiné (VIOLANTE, 2017)

A seguir, é discutida a política da CSS do Brasil com este Estado, passando por um breve histórico, até a análise dos governos Cardoso, Lula e Rousseff.

II.1. BREVE HISTÓRICO – O INÍCIO DAS RELAÇÕES

A situação interna econômica difícil fez com que São Tomé e Príncipe optasse, inicialmente, pela nacionalização de empresas, estatizações e por uma economia planejada. Referente à política externa, Seibert (2002) afirma que, entre 1975 e 1989, o Estado teve quatro eixos fundamentais de ação com países ou blocos ditos prioritários: os dois primeiros com os países do bloco socialista e com os PALOP, destacando-se Angola, Cuba, China, ex-Alemanha Oriental e a ex-URSS, na cooperação militar e econômica; e o segundo eixo abarcando Portugal, França e a África Francófona.

As relações iniciais de cooperação do Brasil com São Tomé e Príncipe não foram prioritárias para ambos. Apesar de o Brasil ter sido um dos primeiros Estados a reconhecê-lo internacionalmente, após sua independência em maio de 1975, apenas em 2003 o Brasil abriu uma embaixada própria com sede na cidade de São Tomé. Até o início dos anos 1980, as relações não passaram de meras formalidades diplomáticas e poucos contatos de alto nível (SEIBERT, 2002; RIZZI, 2014)

O fracasso na política econômica e de desenvolvimento do país, o apoio insuficiente recebido pelos países do bloco socialista e a baixa governança fizeram com que o Presidente Manuel Pinto da Costa (1975-1991 e 2011-16) implementasse, a partir de 1983, uma política de maior aproximação com o Ocidente. Tal abertura fez com que se estabelecessem relações mais profícuas com Portugal, com a então Comunidade Econômica Europeia (CEE), com os Estados Unidos da América (EUA) e com o Brasil (SEIBERT, 2002; NASCIMENTO, 2010, 2013).

A partir de 1984, foram assinados os primeiros acordos de cooperação com o Ocidente. A reaproximação com Portugal e a aproximação com o Brasil passou pelo entendimento do Presidente Pinto da Costa de que a conjuntura nacional e internacional caminhava para a distensão da Guerra Fria. Assim, em 1987, em Luanda, foi assinado o acordo básico de cooperação técnica entre Brasil e São Tomé e Príncipe⁴, possibilitando que outros acordos e ajustes fossem firmados anos depois.

⁴ A existência de um Acordo Básico é condição prévia e fundamental para a negociação e execução de projetos de cooperação técnica (PUENTE, 2010, p.119). Este acordo (1977) e o acordo cultural, assinado em 1984, só foram ratificados durante o governo Collor, em março de 1992 e novembro de 1991, respectivamente (VIOLANTE, 2017).

Logo após a democratização (1991- 1994), as áreas mais assertivas da cooperação técnica para o desenvolvimento do Brasil, como a agropecuária, a saúde, a administração e, principalmente, a formação de recursos humanos incrementaram-se, mas ainda de forma esporádica. A cooperação técnica em defesa praticamente não existiu, concomitantemente aos demais tipos de CSS (VIOLANTE, 2017).

Pode-se chamar este período, de 1975 até 1994, como de mapeamento de possibilidades e da manutenção de alguns poucos projetos de cooperação, até mesmo nos assertivos anos 1980 de maior aproximação do Brasil com outros Estados africanos.

II.2. GOVERNO CARDOSO (Conjuntura Interna e Externa e a Cooperação Sul-Sul)

Inicialmente, é interessante observar o cenário político santomense no período do governo Cardoso. Apesar de inserido no regime democrático, com a realização regular de eleições desde 1991, o país continuou a vivenciar bastante instabilidade política, como alterações frequentes de governo e uma tentativa de golpe de Estado ocorrida em agosto de 1995, mas que teve duração de apenas seis dias, quando a ordem democrática foi reestabelecida (SEIBERT, 2002).

Em 1996, Miguel Trovoada da Ação Democrática Independente (ADI) foi reeleito em dois turnos, ficando à frente da presidência em quase todo o mandato de Cardoso, até outubro de 2001. Em julho de 2001, Trovoada fez seu sucessor o empresário Fradique de Menezes (ADI).

No campo internacional, o período de 1995 a 2002 foi marcado pela implementação de diversas medidas para o desenvolvimento do país. Porém, a economia continuou a sofrer com o declínio e a estagnação, principalmente no setor primário – o “motor” da economia exportadora (cacau e outras culturas, como o café). O efeito dos choques externos e uma política interna instável ocasionaram poucas mudanças estruturais e pequeno progresso econômico (BARBOSA, J., 2001).

Na CID, os principais mantenedores de políticas públicas com São Tomé e Príncipe foram: França, Portugal, EUA e Taiwan. O estabelecimento de relações com Taiwan, em 06/05/1997, causou o rompimento das relações com a China e o cancelamento de todos os acordos e projetos de cooperação, culminando com o fechamento da embaixada (VIOLANTE, 2017).

Com as potências regionais, Angola e Nigéria, mantiveram-se relações muito boas de cooperação técnica nos domínios político, diplomático, econômico e de defesa.

Multilateralmente, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a União Europeia e a Organização das Nações Unidas (ONU) passaram a investir maiores valores no financiamento de programas para a redução de pobreza, no incentivo à agricultura e inclusive na redução de grande parte da dívida externa, sempre de forma condicionada a reformas administrativas, políticas e econômicas⁵.

Quanto ao Brasil, é notório perceber que a política africana no governo Cardoso primou pela seletividade e não se voltou a São Tomé e Príncipe de forma assertiva, acompanhando os governos anteriores. Contudo, a maior valorização do eixo Sul-Sul, a partir de 2000, em virtude dos ganhos não alcançados pela chamada “globalização benéfica⁶” junto aos países desenvolvidos, proporcionou maiores recursos em projetos cooperativos também com os chamados pequenos PALOP, como Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, mas nada que justificasse uma grande mudança estratégica ou econômica. As palavras de Lafer reiteraram essas mudanças tímidas em África.

[...] hoje, os membros da CPLP são os principais beneficiários em termos de recursos, da cooperação brasileira com países amigos. Nossos recursos nesses campos, quando comparados aos de Nações mais influentes, são limitados; justamente por isso, precisamos fazer escolhas. A prioridade que conferimos à CPLP é uma diretriz estabelecida pelo próprio Presidente [...] e, não por acaso, se manifesta numa dimensão em que cultura, afinidades, economia e política se somam (LAFER, 2002, p.43).

O governo Cardoso teve o mérito de realizar os primeiros projetos de cooperação relevantes após longos anos de ostracismo. Juntam-se a isso as missões multissetoriais da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), ligada ao Itamaraty, e de outras instituições brasileiras à África, em 2001 e em 2002, reiterando a nova política de inserção voltada mais para o sul em desenvolvimento.

Ao longo do governo Cardoso, foram realizadas as negociações sobre as interseções da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) de São Tomé e Príncipe com seus vizinhos do Golfo da Guiné, o que passou ao largo de pretensões brasileiras de maior liderança na região. Essas negociações encerraram-se sem maiores controvérsias com a criação de uma Zona de Desenvolvimento Compartilhada (ZDC) em conjunto com a Nigéria. A descoberta dessas novas jazidas petrolíferas, mais precisamente em 2001, incrementou esforços securitários na defesa

⁵ Dados Sociais, políticos e econômicos de São Tomé e Príncipe. **Banco Mundial**. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/country/saotome>>. Acesso em: 25 mai. 2019.

⁶ Pautada em uma configuração de mundo, orientada pela implantação de medidas liberalizantes na política e na economia, e da participação em todos os foros e tratados internacionais, que visava recuperar a estabilidade interna e a credibilidade externa ante os efeitos da globalização e seus efeitos na dinâmica do sistema internacional. Com isso, segundo Lampreia (1996, p. 353-354) “a ênfase nas coalizões político-ideológicas foi substituída pela ênfase nas coalizões econômicas. [...] Norte, Sul, Leste e Oeste já não são mais os pontos cardeais na bússola do poder mundial”

do Golfo da Guiné. O lançamento do documento: “Reconstruindo as Defesas da América” de 2002 tornou clara a preocupação dos estadunidenses com as “novas ameaças” e os chamados estados “falidos” e instáveis (frágeis⁷). Assim, a Somália, o Golfo de Áden e o Golfo da Guiné passaram a ser prioritários aos EUA (BERTONHA, 2011).

Referente ao Brasil, as ações ligadas à cooperação técnica em defesa ficaram restritas a reuniões com os Ministros de Defesa no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Nenhum acordo de defesa foi assinado entre os dois países.

Em toda a CTPD do Brasil com São Tomé e Príncipe, de 1995 a 2002, foram realizados, ao todo, cinco acordos/ajustes ao acordo básico de cooperação⁸. Conforme dados da gerência Ásia/África de Língua Portuguesa do Ministério das Relações Exteriores (MRE), realizaram-se 10 projetos/subprojetos e atividades isoladas. Os valores totais desses projetos e subprojetos alcançaram as cifras de US\$ 381.350,67, de um total de US\$5.250.000,00 aplicados em África, abarcando 7,2% dos recursos totais. Isso é muito pouco perto das cifras doadas por Portugal na CID, cerca de € 2,5 milhões anuais.

No que tange a outros tipos de CSS, a cooperação educacional foi a que mais se destacou, porém ainda de forma insipiente, ocorrendo na realização de cursos esporádicos no Brasil. A cooperação humanitária ocorreu com a doação de alimentos e medicamentos, mas ainda em pequena escala, comparativamente a outros países africanos, asiáticos e sul-americanos⁹. Quanto à C&T, não houve praticamente projetos nessa área.

Ao encerrar esta seção, constatou-se que as relações bilaterais ao longo do governo Cardoso foram protocolares e formais. Não houve visitas de Chefes de Estado, mesmo na fase de maior priorização da CSS, a partir de 2001. De relevante, o início de visitas exploratórias em 2001 e 2002 visando mapear possíveis áreas de cooperação. Com isso, começaram a ser desenvolvidos projetos que tiveram continuidade e foram importantes no governo seguinte, como o Alfabetização Solidária (ALFASOL), o Bolsa Escola, a doação de medicamentos para o combate ao HIV/AIDS e a formação de profissionais de educação e de saúde.

Sob os aspectos de uma estratégia *smart*, se com a África em geral as iniciativas restringiram-se à implementação de um *soft power* modesto, com São Tomé e Príncipe os

⁷ Entende-se aqui por “Estado falido” aquele visto pela comunidade internacional como incapaz de governar, de forma adequada, seu território e população, representando um risco para o bem-estar e a segurança interna e internacional. Estado frágil pode ser conceituado como um degrau abaixo ao Estado falido, ou seja, possui dificuldades em se estabelecer institucionalmente (VIOLANTE, 2017).

⁸ Acordos em todas as áreas de CSS com São Tomé e Príncipe. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_todos>. Acesso em: 10 jan. 2016.

⁹ BRASEMB LUANDA PARA SERE – TELEGRAMA, 21/11/1995.

resultados foram mais modestos ainda. Como projeto de inserção via CSS, Cardoso, em sua seletividade, não alcançou este país, desconsiderando sua importância geopolítica.

II.3. GOVERNO LULA (Conjuntura Interna e Externa, e a Cooperação Sul-Sul)

O retorno à África, em uma política externa mais afirmativa à CSS teve na abertura da Embaixada do Brasil na cidade de São Tomé, em 18/03/2003, um simbolismo muito grande junto aos pequenos PALOP. Esta foi a primeira de 17 novas embaixadas abertas em África entre 2003 e 2010.

Sobre a conjuntura política interna de São Tomé e Príncipe, o 1º mandato do Presidente Fradique de Menezes da coligação ADI, Movimento Democrático das Forças da Mudança (MDFM) e Partido Liberal (PL), de 03/09/2001 a 03/09/2006, foi conturbado, com seis Primeiros-Ministros e mais uma tentativa de golpe de Estado, orquestrado majoritariamente por militares em 16/07/2003. O golpe durou apenas uma semana e teve como principais motivações as suspeitas de corrupção sobre as futuras receitas provenientes do acordo da exploração de petróleo da ZDC, a crise político-institucional e a falta de planejamento para as Forças Armadas (VIOLANTE, 2017).

Ainda em 2003, em virtude das constantes dissoluções da Assembleia Nacional e demissões de Primeiros-Ministros feitas pelo presidente da república, o parlamento conseguiu restringir os poderes presidenciais. Com isso, São Tomé e Príncipe passou de um sistema de governo semipresidencialista, de viés presidencialista para um semipresidencialismo, com viés mais parlamentar. A Defesa Nacional e a política externa passaram a ser conduzidas pelo chefe de governo (VIOLANTE, 2017).

Até as eleições parlamentares de março de 2006, houve certa estabilidade política. Porém, no início de 2008, a forte crise econômica internacional contribuiu para nova tentativa de golpe de Estado, entre 11 e 12/02/2008, desta vez arregimentada por Arlécio Costa da Frente Democrática Cristã (FDC). Mais uma vez, o golpe não logrou êxito (NASCIMENTO, 2010, 2013).

Ao encerrar a análise da conjuntura política interna de São Tomé e Príncipe de 2003 a 2010, período do governo Lula, destacaram-se as constantes mudanças de governo e instabilidades institucionais. As sucessivas crises acabaram trazendo insegurança aos investidores estrangeiros e, até mesmo, aos tradicionais doadores líquidos da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) em uma economia muito dependente do exterior. A se destacar que nos momentos de crise institucional de São Tomé e Príncipe, a presença

brasileira demonstrou maior assertividade e maior interesse, coincidindo com mudanças de orientação da política externa nacional, capitaneada por Lula e Amorim.

Quanto à conjuntura externa, as mudanças qualitativas nas relações internacionais do Estado santomense ficaram mais evidentes a partir de 2003, no período imediatamente posterior à 1ª tentativa de golpe de Estado de julho. O governo, preocupado com o desafio de normalizar, definitivamente, a situação política, social e econômica do país, sentiu-se beneficiado pelas manifestações e apoios políticos, econômicos e materiais dos governos da região, particularmente Nigéria, Angola, África do Sul, Brasil, Portugal, EUA, França e Taiwan, além da CPLP (VIOLANTE, 2017).

Na CID, Portugal foi o maior doador líquido com € 2,5 milhões anuais, em média. Quanto à cooperação técnica, esta foi bem incrementada, mantendo uma média de € 12 milhões, chegando aos € 16 milhões em 2010. Quanto a Angola e Nigéria, a partir de 2008, com a chegada ao poder do primeiro-ministro Rafael Branco da coligação envolvendo o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) e o Partido Social Democrata (PSD), os dois países incrementaram seus programas de cooperação. As áreas mais beneficiadas foram a agropecuária, infraestrutura, defesa e petróleo¹⁰.

Sobre a cooperação técnica dos EUA, já em 2003, o Embaixador brasileiro em Washington, Rubens Antônio Barbosa, ressaltava o forte interesse estadunidense no aumento da produção de petróleo na costa ocidental africana. Ele afirmou que a política externa do Presidente George W. Bush se focaria mais no Golfo da Guiné, devido aos contenciosos existentes no Golfo Pérsico. Com isso, maiores investimentos na CID foram realizados¹¹.

A maior assertividade das relações com o Brasil, no 1º mandato de Lula, propiciou o oferecimento de crédito emergencial no montante de US\$ 5 milhões para a importação de manufaturados brasileiros¹². Tratando das áreas mais tradicionais da cooperação técnica brasileira, em maio de 2003 ocorreu a primeira visita de alto nível em toda a história entre os dois países: o Chanceler Amorim visitou o país, além de Moçambique, Zimbábue, Angola, África do Sul, Gana e Namíbia. Posteriormente, o Presidente Lula, entre 02 e 03/11/2003, inaugurou, oficialmente, a Embaixada brasileira. Ele assinou, também, juntamente com o presidente Fradique de Menezes, diversos acordos, projetos e protocolos de cooperação técnica.

¹⁰ BRASEMB SÃO TOMÉ PARA SERE – TELEGRAMA, 10/08/2008.

¹¹ BRASEMB SÃO TOMÉ PARA SERE – TELEGRAMA, 18/07/2003.

¹² BRASEMB SÃO TOMÉ PARA SERE – 14/08/2007 e 25/07/2008.

Assim, o Brasil entrou em nova fase de missões setoriais, de mapeamento de áreas de cooperação e projetos bilaterais e multilaterais.¹³

Ademais, houve mais uma visita de Lula, em 2004, de Fradique de Menezes ao Brasil, em 2005, e do Primeiro-Ministro Rafael Branco, em 2008. Entretanto, poucos projetos cooperativos relevantes foram implementados entre 2003 e 2006. Faltava reestruturar a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), ligada ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) e adquirir lastro econômico.

No entanto, o maior impulso político logo no início do governo Lula foi importante para que os projetos e atividades de cooperação se desenvolvessem mais à frente, principalmente em seu 2º mandato. Nessa compreensão, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Carlos Tiny, e o Primeiro-Ministro Rafael Branco nomearam o Brasil como parceiro estratégico. Assim, o Brasil juntava-se a Portugal e Angola na categoria política dos chamados “parceiros especiais” (RIZZI, 2014, p. 254).

Na cooperação técnica em defesa, Portugal, apesar de ser o principal prestador de ajuda ao desenvolvimento, não estabeleceu qualquer acordo de relevância. Sua cooperação apresentou-se mais na capacitação institucional e na formação de quadros. Com Angola e África do Sul, a cooperação ocorreu na formação de pessoal militar e na doação de equipamentos militares. A Nigéria, com o aumento da incidência de ilícitos no Golfo da Guiné e a inoperância da Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe, passou a realizar ações de patrulha para a segurança e defesa da ZDC, relativizando a soberania santomense de parte de suas águas jurisdicionais¹⁴.

Quanto aos EUA, o lançamento da *National Strategy for Maritime Security* de 2005 ampliou a cooperação nos Estados africanos na segurança marítima, derivando na criação do *United States Africa Command* (AFRICOM), em fevereiro de 2007, que atuou como instrumento estratégico e de cooperação militar na capacitação técnica para civis e militares, além de ajuda humanitária. Essa nova estratégia de inserção estadunidense aglutinou os interesses geopolíticos do petróleo no Golfo da Guiné e no Atlântico Sul, especificamente com a reativação da Quarta Frota no *United States Southern Command* (USSSOUTHCOM). Assim, sob a roupagem da segurança marítima internacional, principalmente no combate à pirataria e ao terrorismo, a Marinha dos EUA passou a realizar uma série de patrulhas e exercícios na

¹³ BRASEMB SÃO TOMÉ PARA SERE – TELEGRAMAS: 12/09/2003, 07/11/2003, 25/06/2004.

¹⁴ Seus meios se resumem a dois botes tipo *Flex Boat* de casco rígido, doados pela Marinha portuguesa em 2015; a uma lancha *Arch Angel*, doada pelos EUA em 2010. Uma lancha-patrulha modelo LAEP-10, doada pelo Brasil em 2014; e duas lanchas-patrulha *Rodmann*, adquiridas junto a Israel, em 2015 (VIOLANTE, 2017).

África Ocidental, realizando diversas ações de treinamento de militares da Guarda costeira de São Tomé e Príncipe (VIOLANTE, 2017).

No entanto, a maior ação cooperativa em defesa realizada pelos EUA foi a instalação de radares em 2008, em um projeto denominado *Marine Domain Awareness*¹⁵, a fim de prover vigilância às águas jurisdicionais do país e a todo tráfego marítimo no Golfo da Guiné. Desse projeto, vislumbrou-se a possibilidade de instalação de uma base militar estadunidense no país, sendo ainda especulada uma parceria dos EUA para a reformulação de sua Guarda Costeira (VIOLANTE, 2017).

De 2008 a 2010, as conversas envolvendo o MRE e os Ministério da Defesa (MD) brasileiros e santomenses se intensificaram. Em 22/03/2009, o Ministro da Defesa Nelson Jobim visitou São Tomé e discutiu o apoio ao fortalecimento de sua Guarda Costeira. Ficou decidido, após assinatura de Memorando de Entendimento em Defesa, em 23/03/2009, que o Brasil auxiliaria e formaria profissionais (Fuzileiros Navais, principalmente) e proveria à sua guarda costeira os equipamentos necessários para fiscalização de suas águas jurisdicionais (CORREIO DA SEMANA em 28/03/2009, p.4 *apud* NASCIMENTO, 2011). Jobim percebeu que o investimento na Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe representaria o fortalecimento do *hard power* militar santomense, influenciando na redução da presença de atores extrarregionais na região. A experiência bem-sucedida na formação da Marinha da Namíbia poderia atender os interesses santomenses de manutenção de independência e soberania¹⁶.

Na 12ª Reunião dos Ministros da Defesa da CPLP, ocorrida em Brasília, nos dias 10 e 11/11/2010, Jobim reiterou a necessidade de que o Atlântico Sul se mantivesse livre de armas nucleares, sendo imprescindível preservar o atual ambiente de paz e estabilidade sem a interferência de potências exógenas à região. Ainda nesta reunião, São Tomé e Príncipe negociou e assinou com o Brasil um acordo de cooperação no domínio da defesa, em 10/11/2010¹⁷, que gerou grandes expectativas, como afirmou a Assessora do Diretor de Defesa Nacional, Lassaete Neto¹⁸, para: a) a formação de quadros; b) a reestruturação pelas Forças

¹⁵ O programa permite a detecção dos navios no mar que possuam transmissores para fornecer ininterruptamente as suas posições, destino e carga. Este dispositivo é chamado de *Automatic Identification Service* (AIS). Estas detecções permitem que os Estados litorâneos controlem o tráfego marítimo em suas regiões de responsabilidade, coibindo ilícitos transnacionais (VIOLANTE, 2017).

¹⁶ Brasil vai equipar Marinha São-Tomense, diz Nelson Jobim. **Agência Angola Press**. Disponível em: <http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/africa/2009/2/13/Brasil-vai-equipar-Marinha-sao-tomense-diz-Nelson-Jobim,8737fce1-f009-47e4-be76-7bfb0748c77d.html>. Acesso em: 25 mar.2016.

¹⁷ O acordo se encontra na íntegra, disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/acordo-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-democratica-de-sao-tome-e-principe-sobre-cooperacao-no-dominio-da-defesa>>. Acesso em: 25 abr.2016. Ele ainda se encontra em tramitação para ratificação.

¹⁸ Entrevista LASSALETE NETO, 2016.

Armadas brasileiras da Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe em curto, médio e longo prazos; c) o fornecimento de meios navais; d) as visitas periódicas de navios da Marinha do Brasil (MB) com treinamentos conjuntos; e) a criação de um curso de formação de Fuzileiros Navais.

Esta postura discursiva resultaria em ações mais profícuas no próximo governo, dentro das premissas levantadas por Lassalette¹⁹, como na criação do Grupo de Apoio Técnico de Fuzileiros Navais (GAT-FN), a partir de 2014, e na criação de um Núcleo de Missão Naval Brasileira em São Tomé e Príncipe, em 2015. Com isso, Lula, Jobim e Amorim, alcançaram a essência de um futuro desenvolvimento a ser compartilhado, mediante a CSS, inserido em um quadro maior de reforço da liderança brasileira, da soberania de São Tomé e Príncipe e da indução de segurança na região.

Dados gerais de todas as áreas da CTPD apontam que de 2003 a 2010 foram assinados 22 acordos/ajustes ao acordo básico de cooperação²⁰. De acordo com a gerência África e Ásia de Língua Portuguesa do MRE, 43 projetos/subprojetos tiveram iniciativa própria do governo Lula. Os valores totais de todos os projetos/subprojetos alcançaram as cifras de US\$ 4.298.818,33, crescendo substancialmente se comparados com os dados do governo Cardoso (US\$ 381.350,67), em face da melhora econômica e do melhor gerenciamento operacional da cooperação, via ABC/MRE/MD. Importante ressaltar que a África alcançou gastos mais proporcionais aos da América Latina e Caribe, entre 2008 e 2010. Em 2010, a CTPD superou os R\$ 101 milhões, cabendo à África 39,5%. No entanto, esses valores ficaram bem aquém daqueles investidos anualmente por Portugal na CID com São Tomé e Príncipe, orçados na casa dos € 2,5 milhões na CID e de 12,5 milhões anuais em média na CTPD.

Com relação a outros tipos de CSS, que não a cooperação técnica, destaca-se a cooperação educacional que se iniciou apenas em 2004. A partir daí, até 2010, ingressaram em universidades brasileiras pelo Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), 267 estudantes. No mesmo período, ingressaram no Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) seis alunos.

Na cooperação em C&T, principalmente com relação ao petróleo, o governo santomense tinha forte interesse que o Brasil participasse, intensamente, da exploração de suas ZDC e ZEE. Foi previsto um acordo na Assembleia Nacional para uma possível concessão de exclusividade destinada a parceiros internacionais na área, o que beneficiaria a Petrobrás. No entanto, o

¹⁹ Entrevista LASSALETE NETO, 2016.

²⁰ Acordos em todas as áreas de CSS com São Tomé e Príncipe. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_todos>. Acesso em: 10 jan. 2016

governo brasileiro e a própria empresa preferiram pautar a cooperação na formação de técnicos, na administração e no desenvolvimento de infraestrutura²¹. De fato, apesar de o Brasil possuir uma atuação importante na exploração de petróleo na África Ocidental, que vem desde o final dos anos 1988, notadamente em Angola e na Nigéria, representando cerca de 40% de sua produção no exterior (VIETAS e ABOIM, 2014), a Petrobrás já se encontrava com sua capacidade de investimentos no limite visando à exploração do pré-sal brasileiro²². Mesmo assim, a Petrobrás vem, desde 2005, atuando na exploração de petróleo nas costas de Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe em parcerias com a GALP (Portugal) e com a SONANGOL (Angola)²³.

A cooperação humanitária concentrou-se na doação de medicamentos, outros insumos médicos e envio de profissionais de saúde, principalmente em apoio ao combate à malária, tuberculose e ao HIV/AIDS.

Encerrando este subitem referente ao governo Lula, pode-se concluir que a oferta de cooperação brasileira foi menor que a demanda santomense. Contudo, o Brasil transformou-se em um provedor importante da CID no país, não como um doador líquido, mas como dinamizador de experiências bem-sucedidas nas áreas de excelência da CTPD brasileira. Pôde-se constatar que a estratégia *smart* junto a São Tomé e Príncipe teve como aliado um pensamento estratégico de viés mais nacionalista, não com ideias de expansões marítimas, mas no sentido de união de esforços entre países de pensamentos correlatos e de aplicações de estratégias em áreas de interesse comuns para o reforço de suas soberanias marítimas. Observou-se maior vontade política do Brasil em procurar ocupar espaços outrora desocupados dentro do cenário apresentado do Atlântico Sul. Todavia, as ações ainda foram embrionárias.

II.4. GOVERNO ROUSSEFF (Conjuntura Interna e Externa, e Cooperação Sul-Sul)

Na análise do governo Rousseff, pode-se dizer que São Tomé e Príncipe foi, em que pese as idas e vindas do sistema cooperativo brasileiro nesses anos, um dos países mais beneficiados por projetos desenvolvidos em parceria com instituições brasileiras. Isto não quer dizer que o Brasil esteja no mesmo patamar dos maiores colabores, como Portugal, Taiwan, EUA e a União Europeia (VIOLANTE, 2017).

²¹ BRASEMB SÃO TOMÉ PARA SERE – TELEGRAMA, 26/10/07.

²² BRASEMB SÃO TOMÉ PARA SERE – TELEGRAMAS: 16/10/2003, 26/09/2003 e 30/07/2004.

²³ Dados obtidos do Plano de Negócios da PETROBRÁS (2007-2011) (RIZZI, 2014, p.250).

A diversificação de parcerias na CID continuou durante a presidência de Pinto da Costa, que voltava ao poder em setembro de 2011, agora não mais pelo MLSTP-PSD, mas como candidato independente, denotando o forte personalismo da sociedade santomense.

A instabilidade política, que tem sido a tônica dos governos estudados, acentuou-se em 2012, quando o Primeiro-Ministro Patrice Trovoada (ADI), que governava com a união de partidos minoritários, sofreu uma moção de censura por parte da Assembleia Nacional, ratificada pelo Presidente. Assim, em dezembro de 2012, Rafael Branco (MLSTP-PSD) assumiu o cargo de Primeiro-Ministro. Esta instabilidade perdurou até 2014, quando as eleições legislativas, autárquicas e regionais apontaram maioria absoluta para a ADI. Dessa forma, Patrice Trovoada assumiu novamente como Primeiro-Ministro, cargo que ocupou até dezembro de 2018, com certa estabilidade política.

Entre 2011 e 2016, verificou-se um reforço na estratégia de aproximação com os países vizinhos, principalmente com o Gabão, Angola, Nigéria, Líbia e Cabo Verde, além de Portugal, Brasil, Taiwan, EUA e, pragmaticamente, com a China, o que atraiu investimentos privados, abarcando novas modalidades na CID (VIOLANTE, 2017).

A cooperação estadunidense foi reforçada por maiores investimentos nas áreas de educação, infraestrutura e saúde. Com Portugal, entre 2011 e 2014, a ajuda líquida média foi da ordem de € 16 milhões. Confirmou-se a tendência de queda, devido à crise internacional, que teve como consequência a redução da linha de crédito para novos projetos²⁴.

Com relação a Taiwan, a transferência regular anual de recursos financeiros (a fundo perdido) alcançou valores na ordem de pelo menos US\$ 15 milhões, sem contar as doações por conta de outros projetos específicos. Entretanto, a maior aproximação com a China, capitaneada pelo primeiro-ministro Patrice Trovoada, resultou no restabelecimento das relações diplomáticas entre São Tomé e Pequim, em 22/12/2016 e, conseqüentemente, na ruptura automática com Taiwan. Sobre essa dicotomia, convém lembrar que a cooperação intensa de Taiwan não se refletia nas relações comerciais. As trocas alcançaram cifras de € 843 mil contra € 54,6 mi da China, em 2015 (mesmo com as relações diplomáticas suspensas desde 1997)²⁵.

Diferentemente da China, a França decidiu, em 24/08/2015, fechar sua embaixada em São Tomé. Segundo o Chefe da Missão de Cooperação e Ação Cultural, Patrick Cohen, a crise

²⁴ Cooperação bilateral de Portugal com São Tomé e Príncipe. Camões – **Instituto da Cooperação e da Língua**. Disponível em: <<http://www.instituto-camoes.pt/sao-tome-e-principe/root/cooperacao/cooperacao-bilateral/sao-tome-e-principe#sthash.WhjLjz4N.dpuf>>. Acesso em: 14 jul. 2019.

²⁵ 19 anos depois, São Tomé troca Taiwan pela China – Página “Mundo” da DN. Taipé Recusou dar 100 Milhões de dólares em ajuda. Pequim aplaude ruptura que deixa ilha rebelde só com 21 aliados diplomáticos – **Noticioso DN**. Disponível em: <<http://www.dn.pt/mundo/interior/19-anos-depois-sao-tome-troca-taiwan-pela-china-5565650.html>>. Acesso em: 26 dez. 2016.

financeira obrigou a França a reduzir sua presença em países com os quais o nível de cooperação não justificava tal aparelhamento²⁶.

Quanto a Angola, a cooperação histórica nos anos 1970 e 1980 e incrementada a partir de 2008, continuou a crescer, especificamente na área petrolífera. Com relação à Nigéria, a relação entre os dois países continuou muito boa, principalmente com relação à exploração da ZDC (VIOLANTE, 2017).

Referente ao Brasil, os maiores investimentos para infraestrutura, requisitados pelos governos santomenses, principalmente nos anos de 2009 e 2010, não se concretizaram. A participação no porto de águas profundas não ocorreu, nem como apoio secundário, haja vista o acordo firmado com a China, em 2015. Faltaram maiores incentivos frente à concorrência chinesa no país (VIOLANTE, 2017). Apesar disso, empresários brasileiros mantiveram diálogo com o governo do arquipélago na tentativa de viabilizar a participação brasileira na construção de estradas e em obras de infraestrutura menos complexas que demandem menores níveis de investimento, uma vez que os financiamentos brasileiros, geralmente realizados pelo BNDES, escassearam desde 2013 (MRE, ABC, 2017).

Na política externa, a diplomacia presidencial em Rousseff arrefeceu. Não houve visitas presidenciais ou de Primeiros-Ministros, por ambos os Estados, entre 2011 e 2016. Apenas em março de 2015, houve uma viagem relevante, a do Chanceler Mauro Vieira a diversos países africanos, como Gana, São Tomé e Príncipe, Moçambique, África do Sul e Angola. Em Praia, ele se encontrou com o Presidente Pinto da Costa, com o Primeiro-Ministro Patrice Trovoada e com seu homólogo, o ministro de Negócios Estrangeiros e de Comunidades Manuel Salvador dos Ramos. Apesar da continuidade da política africana do governo anterior, a visita do Chanceler ocorreu quando essas relações já não se encontravam tão assertivas.

Especificamente à Cooperação técnica brasileira, o número de projetos aumentou em 2011, mas começou a decair a partir de 2012. Ressalva-se que, em que pese as reduções financeiras e falta de novas iniciativas, o Brasil continuou a oferecer projetos de qualidade em atividades derivadas dos acordos de cooperação e de seus ajustes, o que foi comprovado por manifestações de autoridades locais. Mesmo com esse declínio, em 2016, São Tomé e Príncipe ocupou a 2ª posição em recursos e em projetos na pauta da CTPD envolvendo os PALOP. De 2011 a 2016, este país alcançou o maior número de projetos de cooperação²⁷.

²⁶ França encerra missão diplomática em São Tomé e Príncipe. **Jornal Vitrine**, em 24/08/2015. Disponível em: <<http://www.vitrine.st/vitrine4029.htm>>. Acesso em: 29 jul. 2019.

²⁷ Projetos do Brasil em África. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/pesquisa>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

As áreas de atuação continuaram praticamente as mesmas (saúde, formação de pessoal, educação e agropecuária). Como exemplo de projetos bem sucedidos, citam-se: a) o Projeto de Implementação da Alimentação Escolar; b) a cooperação em agricultura, apesar da redução da presença da EMBRAPA, de 2012 a 2016; c) o projeto ALFASOL – considerado modelo de cooperação pela UNESCO (praticamente o Brasil financiou toda a alfabetização de jovens e adultos nas ilhas, em números que ultrapassam 10 mil santomenses, desde 2001); d) a formação profissional atingiu patamar mais elevado em 22/05/2014, com a inauguração do Centro de Formação Profissional, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que formou centenas de alunos em cursos profissionalizantes em apenas dois anos; e e) na saúde houve significativos avanços no combate à tuberculose, malária e HIV/AIDS (LEITÃO, 2016).

Como outros fatos positivos derivados de sua CSS, a rejeição de nomes para a Organização Mundial do Comércio (OMC) durante o governo Lula foi suplantada pela aceitação de nomes brasileiros para importantes organizações internacionais, como a eleição de José Graziano para a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), em 28/06/2011, e a eleição do Embaixador brasileiro, Roberto Carvalho de Azevedo como representante máximo da OMC, em 07/03/2013. Estes nomes contaram com o apoio irrestrito dos PALOP, da maioria dos demais países africanos, caribenhos, e da América Latina.

Na cooperação em defesa, os EUA continuaram reforçando sua política de defesa e segurança para o país no contexto das descobertas petrolíferas e do combate à pirataria, com a presença militar da Marinha dos EUA, sob o programa *African Partnership Station*, e por meio de exercícios militares, como o exercício *Obangame Express*, realizado para promover a interoperabilidade e o treinamento combinado entre as Marinhas da África Ocidental em ações humanitárias e de segurança marítima no Golfo da Guiné. Este exercício contou com a participação da MB (SOUZA, 2014).

Na defesa, Portugal estabeleceu programas trienais (2011-2013) (2013-2015) e (2015-2017) que visaram à cooperação com a Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe para a vigilância e fiscalização de suas águas jurisdicionais (MD, 2016).

Apesar de ainda não formarem, conjuntamente, uma força militar para a patrulha da ZDC, a Nigéria tem cobrado maior participação de São Tomé e Príncipe nesta tarefa²⁸. Com

²⁸ São Tomé e Príncipe e a Nigéria estudam estratégia comum para enfrentar a pirataria marítima no Golfo. **TÉLANÓN**, em 30/04/2013. Disponível em: <<http://www.telanon.info/politica/2013/04/30/13069/sao-tome-e-principe-e-a-nigeria-estudam-estrategia-comum-para-enfrentar-a-pirataria-maritima-no-golfo/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

Angola, foi assinado, em junho de 2014, um acordo sobre a segurança interna, externa para a formação de quadros na inteligência criminal, no combate à imigração ilegal, ao tráfico de armas de fogo, de drogas e no combate ao terrorismo²⁹.

Quanto ao Brasil, a cooperação técnica foi a grande novidade positiva do governo Rousseff. As conversações mais estreitas realizadas em 2009 e 2010 e capitaneadas pelo Presidente Lula e pelo Ministro da Defesa Jobim se incrementaram sob a liderança do agora Ministro da Defesa Amorim, entre agosto de 2011 e janeiro de 2015.

As visitas operativas de navios aumentaram a partir de 2012. Nessas ocasiões foram realizados exercícios e treinamentos de pessoal entre a MB e a Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe. Houve também a doação de 50 fuzis e 10.000 munições aos seus Fuzileiros Navais, além de dois novos botes pneumáticos e a capacitação de pessoal na Lancha LAEP-10, doada em 2014 (MRE, MD, 2017).

Essa postura mais atuante em defesa resultou na criação de um GAT-FN para a formação de uma Companhia de Fuzileiros Navais de São Tomé e Príncipe. Em 2014, formaram-se os primeiros 24 SD-FN, 39 SD-FN em 2015 e 33 SD-FN em 2016. Nesses anos, a MB doou todo o material necessário para o desenvolvimento do curso³⁰.

O GAT-FN-STP encontra-se plenamente implantado, sendo o embrião da maior presença brasileira em defesa em solo santomense. No entanto, em virtude de restrições orçamentárias maiores no ano de 2016, houve quase a paralisação do projeto, o que foi contornado politicamente entre ambos os governos. Até o final do governo Rousseff, a unidade de Fuzileiros Navais de São Tomé e Príncipe realizou ações marítimas junto à sua Guarda Costeira contra ações ilegais de pirataria, de contrabando de drogas e armamento, e de pesca ilegal na região. Essas ações são ainda de pequena monta, por encontrarem-se, ainda, em capacitação³¹.

Não há dúvidas de que o GAT-FN atendeu os preceitos estabelecidos nos documentos de alto nível da Defesa Nacional. Suas tarefas corroboraram para uma aproximação estratégica mais assertiva visando à segurança marítima no entorno estratégico nacional.

Do estabelecimento do GAT-FN-STP-2014, em um *continuum*, o Comandante da Marinha criou e ativou o Núcleo de Missão Naval do Brasil em São Tomé e Príncipe, em

²⁹ Angola e São Tomé e Príncipe rubricam acordos de cooperação em segurança. **Agência Angola Press**, em 26/05/2014. Disponível em: <http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2014/5/26/Angola-Sao-Tome-Principe-rubricam-acordos-cooperacao-dominio-seguranca,d5f9eaac-a7cc-4d93-bdf6-7bb4dec04fc5.html>. Acesso em: 20 jul. 2019.

³⁰ Entrevista **ARGEMIRO**, CRISTIANO DOS SANTOS, 2016.

³¹ Entrevista **ARGEMIRO**, 2016.

06/05/2015. Suas atribuições são: I – efetuar o levantamento das reais necessidades da Guarda Costeira com a finalidade de elaborar uma proposta de Acordo de Cooperação mais robusto entre os dois países; II – acompanhar e apoiar as atividades do GAT-FN, subordinado ao Núcleo; III – administrar os recursos humanos, materiais e patrimoniais sob sua responsabilidade; e IV – assessorar o Embaixador do Brasil em São Tomé e Príncipe quanto aos assuntos sob a responsabilidade do Núcleo (BRASIL, 2014). Havia propostas concorrentes, como as de Portugal e dos EUA, mas que foram negadas em virtude das contrapartidas exigidas por estas partes.

Constata-se que o Núcleo de Missão Naval, seu GAT-FN e a Adidância, mesmo cumulativamente a Luanda, são os principais projetos de cooperação em defesa do Brasil com São Tomé e Príncipe. Essa arquitetura de defesa vem sendo considerada como primordial pelo Ministério da Defesa e do Mar de São Tomé e Príncipe, inclusive para a elaboração da Estratégia de Segurança Marítima de São Tomé e Príncipe³².

Essa arquitetura de defesa, apesar de não possuir um cômputo total de gastos de implementação e manutenção, representa, em ordem de grandeza, muito menos que um duodécimo dos valores da CTPD brasileira. Financeiramente, esta nem se compara a projetos de maior monta, como o da instalação de radares e de doações de embarcações, que atingiram cifras próximas a US\$ 50 milhões, sem contabilizar o que está por vir, com o restabelecimento das relações diplomáticas de São Tomé e Príncipe com a China.

Portanto, a CTPD brasileira como um todo, incluindo a defesa, de 2011 até seu afastamento de Rousseff da presidência, em 2016, resultou na assinatura de quatro acordos/ajustes ao acordo básico de cooperação³³. Conforme dados da gerência África e Ásia de Língua Portuguesa do MRE, foram ainda realizados 33 projetos/subprojetos e atividades isoladas de cooperação técnica. Desses projetos, 14 foram iniciados ainda durante o governo Lula, prosseguindo ao longo do governo Rousseff, referindo-se a novas fases ou projetos cujos conteúdos programáticos foram aperfeiçoados da administração anterior. Dezenove projetos/subprojetos tiveram iniciativa própria do governo Rousseff. Os valores totais de todos esses projetos e subprojetos, de acordo com a ABC, alcançaram as cifras de US\$ 4.058.523,33.

A tabela a seguir apresenta o número de novos projetos e o numerário investido na cooperação técnica em todas as áreas com São Tomé e Príncipe nos três governos analisados.

³² Entrevista **CARVALHO JUNIOR**, MARIO ORLANDO DE. 2016.

³³ Acordos em todas as áreas de CSS com São Tomé e Príncipe. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_todos>. Acesso em: 10 jan. 2019.

Tabela 1: São Tomé e Príncipe – Comparações de Números de Projetos e Recursos (US\$) em cooperação técnica (CTPD) nos Governos Cardoso, Lula e Rousseff

Governos	STP –Números de Projetos	STP – Recursos em US\$
Cardoso	10	381.350,67
Lula	47	4.298.818,33
Rousseff	33	4.058.523,33

Fonte: Tabela elaborada por Violante (2017), a partir de dados da ABC e do COBRADI.

Esses valores continuaram bem inferiores aos investidos por Portugal na CID e em CTPD com Portugal, por exemplo.

Em outros tipos de CSS, na cooperação educacional ingressaram, em 2011, 11 alunos no PEC-G, cinco em 2012 e três em 2013. De 2004 (início do programa PEC-G) até 2014 ingressaram em universidades brasileiras, 288 estudantes santomenses. No entanto, no PEC-PG, entre 2011 e 2014, aderiram ao programa apenas sete santomenses. Tais dados mostram relativa queda na entrada de novos estudantes, em que pese o programa ter crescido no geral e em volume maior em Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique – países expoentes no recebimento desse tipo de cooperação (IPEA, 2016; VIOLANTE, 2017).

Em C&T, a capacitação para exploração petrolífera em águas profundas continuou. Sobre a cooperação humanitária, Leitão (2016) afirmou que houve doações de medicamentos para combate a doenças tropicas, principalmente a malária, e o incremento de programa de doação de medicamentos antirretrovirais para o tratamento do HIV/AIDS. A doação de alimentos também foi priorizada.

Pelo ponto de vista de estratégia *smart* de seu governo, constataram-se algumas incongruências, uma vez que, apesar do aumento de projetos até 2012/2013, não houve visitas de destaque entre os dois países; as exportações a São Tomé e Príncipe caíram em 2011 e 2012 e de forma mais sensível em 2014 e 2015, representando diminuição do comércio exterior, já pequeno perante outros países europeus. Como destaque, o incremento na cooperação educacional mesmo em um período de restrições orçamentárias e a manutenção e incremento da cooperação em defesa com este Estado (VIOLANTE, 2017).

III. A AVALIAÇÃO DA POLÍTICA

Como já dito, o trabalho surgiu da hipótese de que a intervenção pública (CSS) se mostrou falha em sua execução, sendo dependente das conjunturas interna e externa de cada país, entre 1995 e 2016. Assim, a análise será orientada por um modelo de efetividade (*effectiveness model*), voltado para a consecução de suas metas (*goal attainment model*), pela

Teoria da Intervenção, avaliação em oito problemas e Stakeholders, de modo a verificar que possíveis *gaps* de projetos da CSS, pelo não cumprimento total ou parcial dos objetivos políticos almejados.

III.1. TEORIA DA INTERVENÇÃO

Para Vedung (1997), a teoria da intervenção é uma análise dos problemas de tomada de decisão que investiga os fatores determinantes de uma condição problemática (os *gaps* da implementação da CSS no Brasil com São Tomé e Príncipe) que a ação do processo de CSS empreendido pela política e decidida pelos atores e *policymakers* podem modificar como política de Estado. O objetivo é extrair uma lógica de ação, uma estrutura de suposições sobre atividades realizadas pelos atores que causam efeitos, medindo a eficácia de uma decisão, baseado em resultados da intervenção.

É fato que, na avaliação de Políticas Públicas, o que interessa são causas, consequências e as suas conexões de mediação. Pittol Trevisan e Van Bellen (2008) acrescentam que o desenho de uma política, processo, programa ou projeto público pode ser sintetizado em uma sequência de definições correspondentes a graus sucessivos de agregação de objetivos. Portanto, a figura 1 exemplifica a síntese das sequências de objetivos da CSS, baseado nos dados analisados das seções anteriores, pela teoria da intervenção de Vedung (1997).

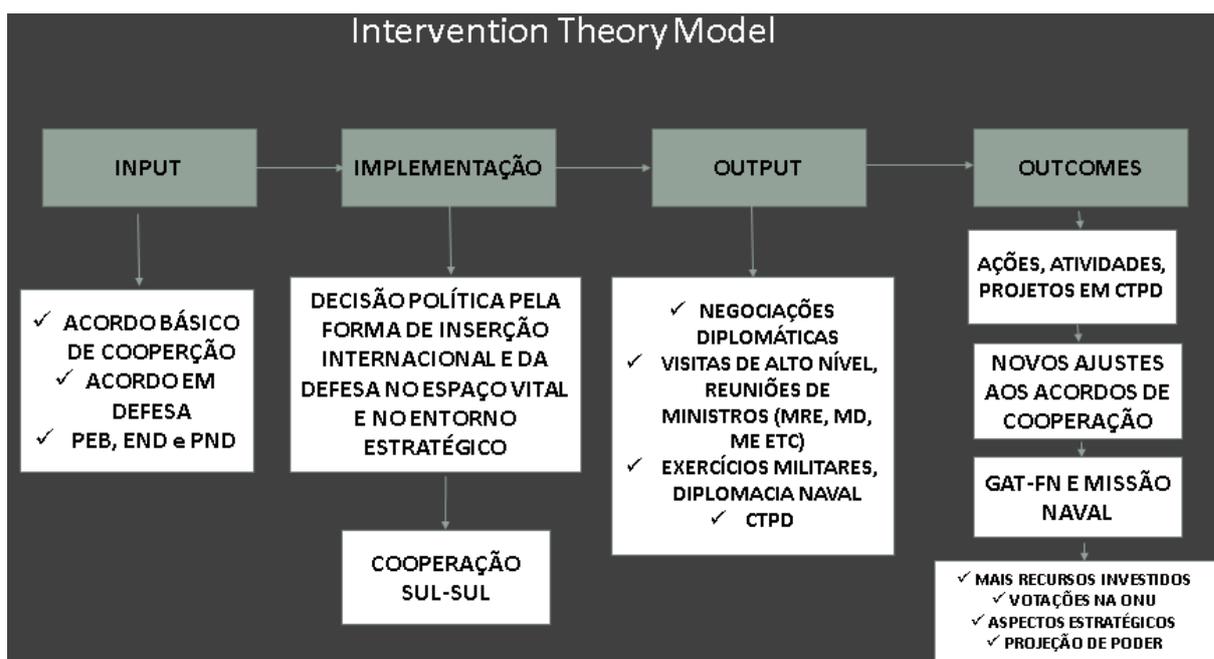


Figura 1: Teoria da Intervenção da Cooperação Sul-Sul

Fonte: Elaborado pelos autores, com adaptação de VEDUNG, 1997, p.225.

Na realidade, os *Inputs* que estimulam a criação da política são: a) exógenos - o cenário estratégico, a realidade regional e local de cada um dos países; e b) endógenos - a consciência estratégica nacional e um interesse político favorável para a projeção de poder e inserção regional, exemplificados no Acordo Básico de Cooperação Técnica em todas as áreas, estabelecido em 1987, no Acordo na cooperação técnica em defesa, estabelecido em 2010, e nos objetivos da política externa e de defesa do Brasil para a segurança e defesa nacional em sua área vital estratégica e em seu entorno estratégico.

A conversão ocorre dentro do governo. Absorvendo as externalidades na procura de uma solução viável e capaz de responder aos desejos do poder político, adequadamente às necessidades impostas ao país. Aqui, o Presidente da República, o Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Ministério da Defesa (MD) e a Marinha do Brasil (MB) elaboram o processo *per se*, representada por projetos e atividades de CSS em todas as suas áreas, visando aos objetivos políticos. Na figura 2, em um modelo mais completo e expandido da Teoria da Intervenção, apresenta-se a intervenção propriamente dita, os *outputs* e *outcomes*.

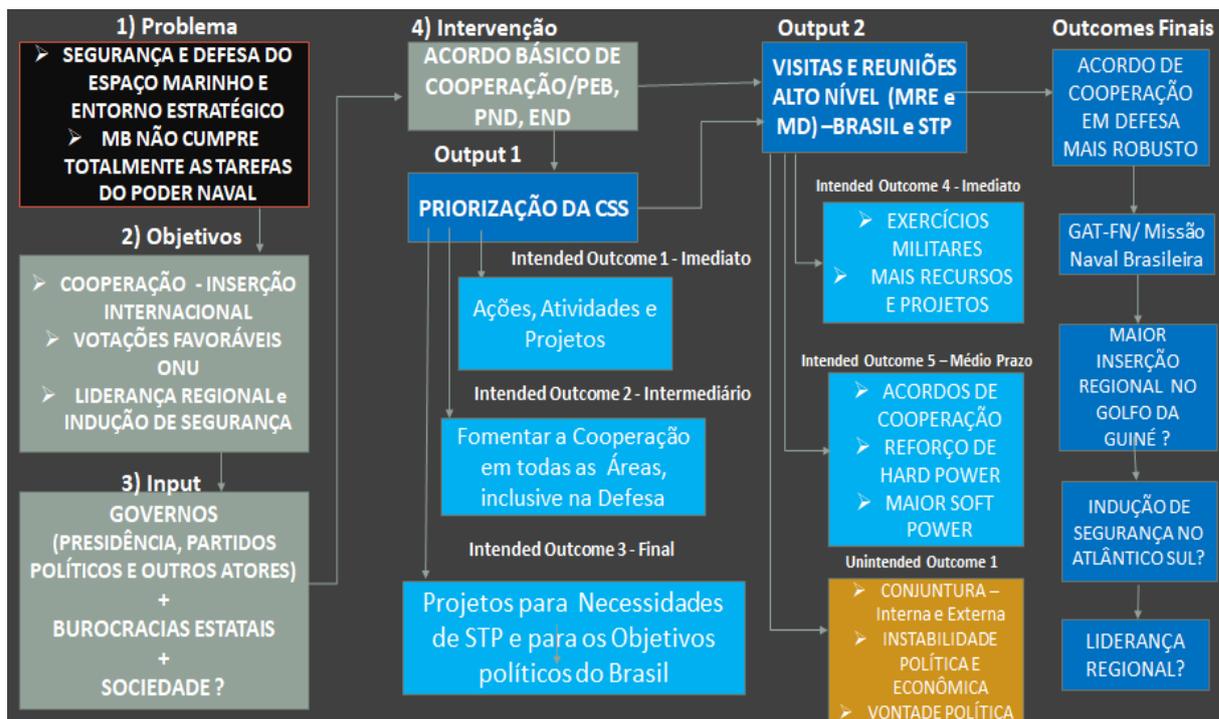


Figura 2: Teoria da Intervenção da Cooperação Sul-Sul (Ampliada)

Fonte: Elaborado pelos autores, com adaptação de VEDUNG, 1997, p.225.

A intervenção principal foi o Acordo Básico de Cooperação de 1987³⁴, que possibilitou outros ajustes e acordos nas mais diversas áreas anos depois. O acordo básico é condição prévia

³⁴ Este acordo, firmado em Luanda, foram ratificados durante o governo Collor, em março de 1992.

para a negociação e execução de projetos de cooperação. Outras intervenções foram as diretrizes da política externa, da END e da PND, cujas tarefas corroboraram para uma aproximação estratégica entre os países na área de segurança marítima no Atlântico Sul, visando a consecução dos objetivos político-estratégicos. A política externa, guardadas as particularidades de cada momento, baseou-se em um pensamento estratégico brasileiro contemporâneo.

Os *outputs*, como ações, projetos e atividades que devem ser capazes de responder aos fatores que ensejaram sua criação (*os inputs*) acabaram sendo a priorização do projeto de CSS e o incremento de visitas e reuniões de alto nível em ambos os países envolvendo diversos ministérios, especialmente os respectivos MD e MRE. Isso ocorreu, principalmente, nos dois governos Lula e parcialmente no governo Rousseff. Nos governos Cardoso, apenas em seu final houve algumas reuniões técnicas, mas sem a visita de maiores autoridades.

Os *outcomes* derivam dos outputs, retratando, aqueles desejados de forma imediata: mais ações, atividades, projetos, recursos e exercícios militares. Como *outcomes* desejados intermediários ou de médio prazo, destacam-se o fomento da cooperação em todas as áreas, inclusive na defesa, ajustes no acordo básico de cooperação, reforço relativo e limitado do *hard power* de ambos os países e reforço bem maior do *soft power*. Os *outcomes* desejados finais visavam estabelecer programas e projetos para o atendimento das necessidades de São Tomé e Príncipe e dos objetivos político-estratégicos brasileiros, o que foi cumprido parcialmente com um acordo de cooperação em defesa, firmado em 2010, com o estabelecimento do GAT-FN, em 2014 e do Núcleo de Missão Naval, em 2015. Esses projetos, ainda embrionários, apresentaram uma preocupação maior com a estratégia do que com aspectos econômicos. Entretanto não houve, ainda, o estabelecimento de um acordo mais robusto em defesa, que possibilite maior inserção do Brasil no Golfo da Guiné, maior projeção de poder no Atlântico Sul e uma Liderança regional de fato. Colaboraram para a não concretização desses *outcomes* a prevalência da retórica perante ações mais concretas, mais investimentos e maior vontade política nos três governos, demonstrando os *gaps* presentes em quase todo período de Cardoso, no 1º mandato de Lula e no final do governo Rousseff.

Assim, percebe-se que a implementação do processo político da CSS é resultante de várias políticas públicas macro, como a política externa e de defesa, e seus planos subsequentes. Essa política deve ser entendido como o produto das decisões governamentais para o fortalecimento do *soft power* e do *hard power* nacional do Brasil e dos países recipiendários, em uma estratégia *smart* que teve diferenciações e *gaps* nos governos analisados. A elaboração do desenho da CSS foi um exercício multissetorial, não havendo registros da participação maior

da sociedade e de outras instituições civis em sua formulação e decisão, compreendida na figura 3. Interessante perceber que acordos de cooperação básicos e mais estritos, ações e atividades de cooperação técnica e em outras áreas acabaram contribuindo para um processo político maior, que é a CSS.



Figura 3: Concepção de Tomada de Decisão da Cooperação Sul-Sul

Fonte: Elaborada pelos autores. Adaptado de VEDUNG, 1997.

As respostas a esses *gaps* ficam mais claras com a apresentação do modelo de consecução de objetivos – que considera os fatores externos intervenientes – e do modelo dos *stakeholders* – que influenciaram a tomada de decisão e implementação da política.

III.2. MODELO DE CONSECUÇÃO DE OBJETIVOS

A implementação caminhou para os resultados almejados? Ela é passível de controle externo, conforme mostra a figura 4.

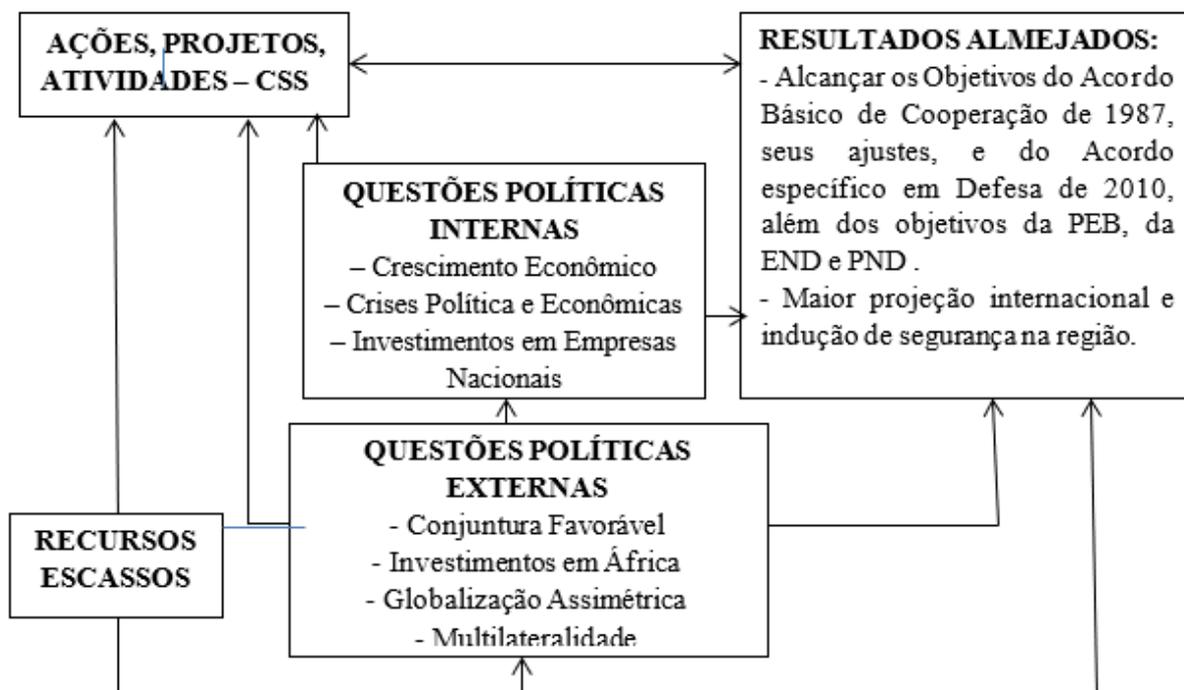


Figura 4: Modelo de Consecução de Objetivos do Processo Político

Fonte: Elaborado pelos autores, com adaptação de VEDUNG, 1997.

Esse processo deve ser entendido como o produto das decisões governamentais para maior aquisição de poder relativo sistêmico no entorno estratégico nacional e na área vital estratégica. Os *stakeholders* que possuíam interesse na consecução dos objetivos políticos influenciaram ainda nos resultados da política, como pode ser visto, a seguir.

III.3. STAKEHOLDERS

Vedung e Pedone (2020) comentam que existem modelos distintos de avaliação, como a compreensiva, a econômica, a orientada para o cliente e a de *stakeholders*. O modelo de avaliação de *stakeholders* é iniciado com o mapeamento dos grupos de atores envolvidos ou que possuem algum interesse na execução e nos resultados da política a ser avaliada, contemplando todos os interessados na intervenção governamental, conforme a figura 5.

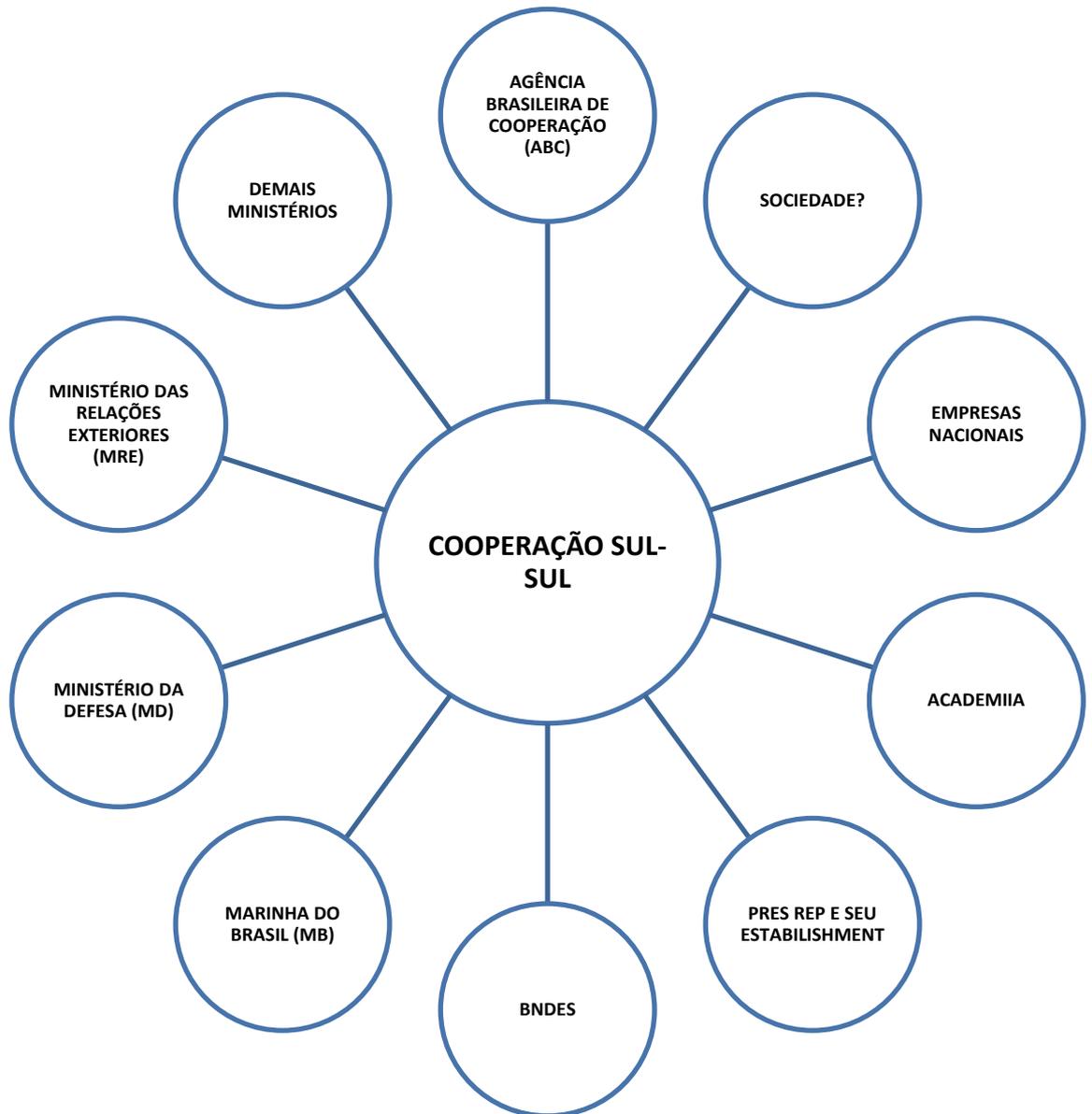


Figura 5: Modelo de avaliação de atores interessados (*stakeholders*)

Fonte: Elaborado pelos Autores. Adaptado de VEDUNG e PEDONE, 2020.

No estabelecimento da CSS, mesmo não havendo uma hierarquização entre eles, é possível compreender que há agentes que influenciaram de forma mais direta o processo decisório, ou seja, a tomada de decisão. Eles são considerados como decisores internos, como o Presidente da República e seus assessores diretos ligados à política externa e de defesa, como o MD, o MRE e, também, a MB, dada a importância do mar na aplicação da política em um Estado arquipélago.

Importantes também foram as empresas nacionais e o BNDES, parceiros no processo de investimento dos países recipiendários da cooperação, além da ABC, que concentra e organiza os projetos e atividades de implementação conjuntamente aos 2º e 3º escalões ministeriais. No nível de assessoramento de embasamento teórico apresentaram-se as

universidades, como fomentadora de um pensamento estratégico nacional. Ressalta-se que a sociedade civil muito pouco participou nesse processo.

III.4. ABORDAGEM DE AVALIAÇÃO EM OITO PROBLEMAS

Segundo Vedung (1997), a avaliação é uma técnica de gestão de organizações públicas, em que há seleção e afinação dos problemas a serem examinados, bem como de questões a serem perguntadas, dados que serão colhidos e análises que serão feitas. Portanto, são exatamente os problemas e não modelos ou métodos que dão identidade à avaliação.

Assim, mais essa ferramenta acrescenta mais uma abordagem de avaliação que ratifica os modelos de avaliação apresentados até aqui.

I. Problema do propósito básico

O problema tratado nesta avaliação é a avaliação e análise da implementação da cooperação Sul-Sul do Brasil em São Tomé e Príncipe.

II. Problema do propósito superior

O propósito superior é para fins acadêmicos e de pesquisa. Este trabalho pode servir para alteração na implementação de ações de CSS em São Tomé e Príncipe e em países afins no entorno estratégico nacional, em outros governos, como um Projeto de Estado.

III. Problema organizacional (avaliador)

A análise e avaliação foi aplicada de acordo com a seguinte sistemática: pesquisa inicial > revisão bibliográfica > notícias relacionadas > telegramas diplomáticos > documentos de defesa > entrevistas por e-mail com pesquisadores do tema, militares da MB, militares de São Tomé e Príncipe > análise e síntese do material obtido.

IV. Problema do objeto de avaliação

Como objeto de avaliação, a intervenção pública, pode ser delimitada e caracterizada?

A intervenção pública foi delimitada e caracterizada pelas externalidades dos *inputs*, como a necessidade de defender a área vital estratégica nacional e o entorno estratégico de ameaças interestatais e das novas ameaças. A conversão foi o processo detalhado no trabalho – a implementação dos objetivos dos acordos de cooperação, dos objetivos da END, PND e da política externa em ações e atividades correlatas. O *output* é a priorização da política de CSS com São Tomé e Príncipe.

V. Problema de implementação

A intervenção pública se mostrou falha em sua execução, sendo dependente das conjunturas internas (principalmente) e externas de cada país. Como facilitadores da

implementação, o desejo do MRE, do MD e da academia em projetar o Brasil de forma mais assertiva no sistema internacional. Como obstáculos, citam-se a escassez de recursos econômicos e a falta de vontade política do primeiro escalão dos governos em implementarem uma estratégia que reforçasse não apenas o *soft*, mas também o *hard power* do país doador (Brasil) e do país beneficiário (São Tomé e Príncipe).

VI. Problema do resultado (*outcome*)

Constatou-se que o Brasil adequou suas políticas externa e de defesa por meio da CSS em um projeto de *smart power* à brasileira, ou seja, na priorização de algumas áreas adjacentes desta estratégia de poder combinado, principalmente na diplomacia e estabelecimento de acordos internacionais. A inserção buscada não se concretizou totalmente, frente às ambiciosas pretensões e objetivos nacionais dos três governos (liderança regional, maior inserção no Golfo da Guiné e indução de segurança no Atlântico Sul). Percebeu-se a relevância de todas as áreas da cooperação e não apenas aquelas específicas à defesa. Mudanças sistêmicas não foram visualizadas nem ensaiadas pelo poder político. Buscou-se participar do tabuleiro de poder de forma comedida, mas conjugando o *soft* com o *hard power*, que não se concretizou pela priorização muito maior do *soft power*.

VII. Problema do valor

Essa avaliação tem o valor descritivo do problema. Análises prescritivas são apresentadas ao final da pesquisa, para ressaltar a necessidade premente do reforço do *hard e soft power* brasileiro para a consecução dos objetivos político-estratégicos do país e dos vizinhos no Atlântico Sul.

Todas as análises se deram após o fato concretizado, de 1995 a 2016. Foram considerados que quanto mais perto os resultados estiveram dos objetivos político-estratégicos explicitados nos acordos de cooperação e nos objetivos da END, PND, mais próximo esteve o a CSS de um bom desempenho. Como alguns e importantes *outcomes* finais não foram alcançados (novo acordo em Defesa, liderança e indução de segurança regional, maior projeção de poder sistêmico), entende-se que o projeto de inserção internacional de potência média e periférica, que busca ascender ao poder por meio da “ascensão do teste” foi, apenas parcialmente atendido devido as *gaps* já discutidos e apresentados. Vale salientar que as ações mais efetivas do processo político ocorreram entre 2005 e 2015.

VIII. Problema de utilização (utilidade)

Quanto à sua utilidade, esta avaliação é importante para a reformulação de uma política de inserção via CSS com seus parceiros estratégicos regionais. Dessa forma, a pesquisa colabora na consecução de objetivos e metas que se encaixem dentro do poder real e potencial do país,

que podem ser incrementados por uma intervenção estatal mais proeminente, tal como está definido nos objetivos político-estratégicos nacionais da política externa brasileira e nos documentos de alto nível da Defesa Nacional.

III.5. SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DA POLÍTICA

Como projeto de inserção via cooperação horizontal, Cardoso, em sua seletividade com os países em desenvolvimento, não alcançou São Tomé e Príncipe, desconsiderando sua importância geoestratégica. Ao priorizar economias mais pujantes em África, como a Nigéria e Angola, ele não estabeleceu contatos importantes dentro das oportunidades que se apresentavam em uma África cada vez mais institucionalizada e aberta a novas parcerias, após muitos anos de “confinamento” ideológico, econômico e estratégico. Cardoso não investiu maiores recursos nesta forma de inserção político-internacional. Se com a África, em geral, as iniciativas restringiram-se à implementação de um *soft power* modesto, com São Tomé e Príncipe os resultados foram mais modestos ainda.

As palavras do embaixador do Brasil em Washington, de 1999 a 2004, Rubens Antônio Barbosa, corroboram esta análise.

[...] A aproximação Sul-Sul sempre existiu. Foi a partir de 2001, com a desvalorização do Real, que o Brasil começou a diversificar suas exportações para mercados de países em desenvolvimento. A parceria estratégica com a China nasceu em 1993, mas não era prioridade a ampliação das representações diplomáticas brasileiras na África e no Caribe (BARBOSA, R., 2011, p.8).

O retorno mais efetivo à CSS, principalmente em África, foi desenhado ao final do governo Cardoso e intensificado no governo Lula. Essa maior aproximação política, econômica e estratégica visou ocupar espaços percebidos no entorno estratégico.

Assim, após capitalizar-se em boa parte do 1º mandato, Lula encerra em seu 2º mandato um *gap* nas relações do Brasil com África, que vinha desde o final dos anos 1980, praticamente iniciando relações estratégicas com São Tomé e Príncipe.

As principais prioridades da política externa do governo Lula referiam-se aos resultados esperados na reforma da ONU, sobretudo em seu Conselho de Segurança. Por isso a política mais assertiva com os vizinhos do entorno estratégico, nas relações bilaterais e multilaterais Sul-Sul mais intensas, sem abdicar do eixo dos países mais desenvolvidos.

Puente (2010), Abdenur e Souza Neto (2014) e Menezes (2009) ressaltam que quase todos os principais receptores da CSS brasileira, principalmente os sul-americanos e africanos, apoiaram o pleito do Brasil a uma vaga permanente no CSNU, individualmente, sem a interposição de grupos coligados ou propostas conjuntas com outros países. É importante

apontar que a maior aproximação de Lula junto à União Africana angariou sua simpatia em relação ao desejo brasileiro.

Quanto à Rousseff, ela procurou dar prosseguimento aos projetos cooperativos e estratégicos lançados por Lula junto a São Tomé e Príncipe. Todavia, as crises política, econômica e institucional fizeram com que boa parte dos projetos, a partir de 2014/2015, tivessem, praticamente, uma paralisação técnica e a distensão de seus prazos de conclusão.

Como aspecto positivo da cooperação técnica de Rousseff, vale destacar a continuidade dos investimentos nos intercâmbios da cooperação educacional dos projetos PEC, que cresceram mesmo no período maior de crise (2015-2016), além da maior assertividade em ações de defesa. Nesse sentido, constata-se que o Núcleo de Missão Naval, o GAT-FN e a Adidância de Defesa, mesmo cumulativamente a Luanda, são os principais projetos de cooperação em defesa do Brasil com São Tomé e Príncipe.

Ao comparar os governos Lula e Rousseff, a CSS foi um projeto de poder mais afirmativo na tentativa de tornar o país um *player* mais global, sem abdicar de relações com os países desenvolvidos, porém sem pleitear maiores alterações de *status quo*, em face do pequeno *hard power* militar existente quando comparado com as potências centrais e as principais potências emergentes. Até por isso, o desejo principal de reforma da ONU e da vaga permanente em seu Conselho de Segurança não aconteceu.

Em uma análise que melhor qualifica a cooperação Sul-Sul nos três governos, apresenta-se uma matriz na qual foram atribuídos pesos específicos aos diversos tipos de cooperação. Em uma escala de 0 a 100, dentro das análises apresentadas visando uma maior inserção internacional por uma estratégia *smart*, arbitrou-se à CTPD peso 25; à cooperação educacional peso 25; à cooperação humanitária, devido à sua volatilidade, peso 15; e à C&T, apesar de sua importância em um desenvolvimento autóctone, peso 10, devido à baixa utilização pelo Brasil. Vale salientar a separação da cooperação técnica em defesa da CTPD em geral, também ganhando peso 25. Isto foi feito para destacar sua relevância na pesquisa aqui apresentada. A partir daí, foram inseridas notas de 0 a 10, de acordo com o desempenho dos governos por meio das análises quantitativas e qualitativas já consolidadas (como número de projetos, programas, atividades, resultados etc).

Tabela 2: Matriz de Cooperação Sul-Sul dos Governos Cardoso, Lula e Rousseff - São Tomé e Príncipe

CSS	Cardoso (1995-98)	Cardoso (1999-02)	Lula (2003-06)	Lula (2007-10)	Rousseff (2011-14)	Rousseff (2015-16)
CTPD (Fator Multiplicador 25)	1x25 = 25	2x25=50	4x25=100	6x25=150	6x25=150	4x25=100
DEFESA (Fator Multiplicador 25)	1x25 = 25	1x25=25	2x25=50	4x25=100	4x25=100	6x25=150
C.EDUCACIONAL (Fator Multiplicador 25)	1x25 = 25	2x25=50	4x25=100	6x25=150	6x25=150	6x25=150
C.HUMANITÁRIA (Fator Multiplicador 15)	2x15=30	2x15=30	3x15=45	4x15=60	4x15=60	3x15=45
C.C&T (Fator Multiplicador 10)	1x10=10	1x10=10	2x10=20	2x10=20	2x10=20	1x10=10
TOTAL	115	165	315	480	480	455

Fonte: elaborada a partir de dados de toda pesquisa (Violante 2017)³⁵

Pela Tabela 2, verificou-se que os períodos mais assertivos na CSS com São Tomé e Príncipe foram: 1º) Rousseff (2011-2014) e Lula (2007-2010) empatados, o que denota continuidade, apesar da queda sensível nos projetos a partir de 2013/2014; 2º) Rousseff (2015-2016) obteve essa pontuação devido à inércia positiva da cooperação técnica na área de defesa, em que foram estabelecidos os principais projetos da área, em uma arquitetura de defesa interessante e de baixo custo, além da manutenção prioritária da cooperação educacional; Em 3º) Lula (2003-06), onde, a partir de 2005, os projetos passaram a crescer de forma mais relevante; em 4º lugar o governo Cardoso (1999-2002), onde já se percebeu uma mudança no projeto de inserção internacional, principalmente a partir dos anos 2000 e, por último, em 5º lugar, o governo Cardoso (1995-1998), que não contemplou um processo de inserção mais intenso.

Por fim, com relação à indução de segurança, maior inserção no Golfo da Guiné e liderança regional, atingiram-se esses *outcomes* de forma bem relativa e parcial. As palavras do Embaixador Leitão sobre a inflexão ocorrida na política africana a partir do governo Lula sintetizam o projeto

³⁵ As análises completas dessa pesquisa que levaram à escolha de pesos e notas podem ser mais bem consultadas na Dissertação de Mestrado: VIOLANTE, A. R. Política Externa, Política de Defesa e Cooperação Sul-Sul como Grande Estratégica na África Ocidental: um estudo de caso em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Dissertação. Mestrado em Estudos Estratégicos. PPGEST/UFF, 2017. 366p. Disponível em: www.ppgest.uff.br/images/Disserta/2017/Dissertao_Alexandre_Rocha_Violante.pdf. Acesso em: 05 Jan.2021

implementado, mesmo que de forma inicial, mas relevante, principalmente na área de defesa, para a consecução dos objetivos político-estratégicos desses dois atores.

Projeto de inegável envergadura e muito bem aceito nos meios locais tem sido aquele referente à cooperação naval Brasil-São Tomé e Príncipe. Esboçado desde os primeiros meses de minha gestão, resultado de conversações entre autoridades dos dois países, o projeto em apreço é de singular relevância tendo em vista os desafios de segurança marítima pelos quais passam os países do Golfo da Guiné, entre eles STP. A pirataria internacional e o contrabando são problemas reais a serem enfrentados por um país que possui apenas uma Guarda Costeira precariamente equipada. Assim, a Marinha do Brasil tem notável papel a cumprir neste país (LEITÃO, 2016).

O Diretor de Defesa Nacional, Alfredo Lima, afirmou que seria injusto não pontuar o governo Rousseff na continuidade da política mais forte na cooperação com seu país, que visa elevá-lo a um *hub* logístico no Golfo da Guiné, tornando-o menos dependente dos países desenvolvidos³⁶.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo principal avaliar o processo de implementação da Cooperação Sul-Sul do Brasil com São Tomé e Príncipe entre 1995 e 2016, ou seja, durante os governos Cardoso (1995-2002), Lula (2003-10), e Rousseff (2011-2016).

Para tal, a pesquisa apresentou como metodologia de pesquisa a teoria da intervenção, a aplicação do modelo de consecução de metas (*goal achievement model*), a análise de *stakeholders* e a “Avaliação em Oito Problemas” de Evert Vedung.

No decorrer da avaliação, verificou-se que os *gaps* de implementação desse projeto se localizaram no governo Cardoso e em boa parte do 1º mandato do governo Lula, devido à escassez de recursos para maiores investimentos, combinados com a falta de vontade política no entendimento da importância estratégica de São Tomé Príncipe para maior inserção do Brasil no Golfo da Guiné e, por conseguinte, em seu entorno estratégico. Essas obstruções foram parcialmente superadas ao longo do 2º mandato de Lula até os anos 2013/2014 do governo Rousseff, em que a forte crise política, institucional e econômica contribuiu para a redução de ações e projetos mais assertivos com esse país.

Assim, as maiores e menores assertividades observadas nos diversos tipos de cooperação e em períodos distintos em São Tomé e Príncipe podem ser justificadas devido à diferença no estabelecimento de relações mais intensas e de alto nível. Além disso, São Tomé e Príncipe, em função da escolha de seu próprio modelo de inserção mundial, mais fechado a países ocidentais em seu início como Estado-Nação e mais aberto a partir da democratização, no início dos anos 1990, culminou por iniciar relações mais intensas a partir do governo Lula.

³⁶ Entrevista LEITÃO, JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO, 2016; Entrevista LIMA, ALFREDO, 2016.

Foi difícil estabelecer uma relação tautológica de quanto > a Cooperação Sul-Sul > o atendimento aos pleitos do Brasil no sistema internacional, maior sua inserção internacional, liderança e indução de segurança regional. Medir os resultados da cooperação e sua efetividade é algo muito complexo. Os modelos cooperativos são também competitivos e acordos necessitam de tempo e revisões frente a novas conjunturas e interdependências complexas.

O Atlântico Sul continua sendo de suma importância para o Brasil: seja por critérios geopolíticos (devido à localização, aos seus recursos naturais e às ameaças que ali existem) ou econômicos (como principal via de comércio exterior do país e fonte de riquezas). Sendo assim, esta área de influência impõe-se na agenda da Política externa e da Defesa Nacional como um objetivo de alto valor estratégico.

Especificamente na área da cooperação técnica em defesa, a proteção das Águas Jurisdicionais do Brasil e dos Estados vizinhos ao Atlântico Sul mostrou-se fundamental para a soberania desses espaços marítimos, perante as “novas ameaças” e ameaças tradicionais. Nessa pesquisa, verificou-se que São Tomé e Príncipe, no Golfo da Guiné, localizado no Golfo da Guiné - “porta de entrada” de mais de 200 milhões de consumidores e repleta de recursos naturais - não possui, ainda, um guarda costeira com capacidade plena de exercer ações de patrulha e vigilância de sua ZEE.

A arquitetura de defesa montada pelo Brasil em São Tomé e Príncipe, capitaneada em projetos como o Núcleo de Missão Naval e Grupo de Apoio Técnico de Fuzileiros Navais pode ser incrementada. A transformação do Núcleo em Missão Naval, a criação de uma Adidância de Defesa e Naval específica são exemplos que, combinados, podem ser oferecidos a outros Estados da região, de modo a contribuir com a capacitação de suas marinhas/guardas costeiras. Dessa forma, pode-se reforçar suas soberanias, por meio do incremento de *hard power* militar-naval, ante a presença cada vez maior e contínua de potências extrarregionais no Atlântico Sul.

Assim, confirmou-se a hipótese proposta de que a intervenção pública (CSS) se mostrou falha em sua execução, sendo dependente das conjunturas interna e externa de cada país (principalmente do Brasil). Há oportunidades a serem exploradas pela cooperação internacional brasileira, que perpassam a formação de pessoal ou o assessoramento técnico. Conclui-se que a Cooperação Sul-Sul do Brasil em São Tomé e Príncipe, mesmo obstada pela falta de maiores recursos, pode ser um modelo de projeção do Brasil, se não internacionalmente, regionalmente em suas áreas de interesse estratégico.

V. REFERÊNCIAS

LIVROS E ARTIGOS

ABDENUR, Adriana Erthal e SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. O Atlântico Sul e a Cooperação em Defesa entre o Brasil e a África. **O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico. América do Sul e Atlântico Sul**, p.215-238, 2014.

BARBOSA, Rubens Antonio. A Política Externa de Dois Governos. **Arquivo FGV**, 2011. Disponível em: <<http://cemacro.fgv.br/sites/cemacro.fgv.br/files/Rubens%20Barbosa%20-%20Pol%C3%ADtica%20externa%20de%20dois%20governos.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2019.

BERTONHA, João Fábio. Geopolítica, Defesa e Desenvolvimento. **A Primeira Década do Século XXI na América Latina e no Mundo**. Maringá: Eduem, 2011.

CERVO, Amado Luiz. **Relações internacionais da América Latina: de 1930 aos nossos dias**. São Paulo: Saraiva, 2013.

LAFER, Celso. Discurso à Abertura da 57ª sessão da Assembleia Geral da ONU, Nova York, 12 set. 2002. In: LAFER, Celso. **Mudam-se os Tempos: diplomacia brasileira 2001-2002**. Brasília: FUNAG, 2002.

LEITÃO, José Carlos de Araújo. **Relatório de Gestão da Embaixada do Brasil em São Tomé e Príncipe** (2012-2016). 2016. Disponível em:

<www.senado.leg.br/atividade/materia/getTexto.asp?t=190568>. Acesso em: 21 dez. 2019.

NASCIMENTO, Augusto. **São Tomé e Príncipe na Idade Adulta: a governação e o descaso da rua**. Repositório do IPEA, 2010. Disponível em:

<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6201/1/RTM_v2_n2_S%C3%A3o_Tome.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2019.

NASCIMENTO, Augusto. São Tomé e Príncipe e os Desafios da Segurança Marítima no Golfo da Guiné. Lisboa. Instituto de Defesa Nacional. **Revista Nação e Defesa**, N.128 – 5ª Série, p.93-121. 2011. Disponível em:

<<http://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD128.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

NASCIMENTO, Augusto et al. As Fronteiras da Nação e das Raças em São Tomé e Príncipe. São-tomenses, Europeus e Angolas nos Primeiros Décênios de Novecentos. **Varia História**, p.721-743, 2013. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/vh/v29n51/v29n51a05.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

NEVES, Carlos Agostinho das; CEITA, Maria Nazaré. **História de S. Tomé e Príncipe. Breve Síntese**. São Tomé, 2004.

NYE, Joseph S. **Soft Power: the means to success in world politics**. New York, 2004.

NYE, Joseph S. **O Futuro do Poder**. Tradução de Magna Lopes. São Paulo: Benvirá, 2012.

PITTOL TREVISAN, Andrei; VAN BELLEN, Hans Michael. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública-RAP**, v.42, n.3, 2008.

PUENTE, Carlos Alfonso Iglesias. **A Cooperação Técnica Horizontal Brasileira como instrumento da Política Externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD – no período 1995-2005**. Brasília: FUNAG, 2010. Disponível em:

<<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0715.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2019.

SEIBERT, Gerhard et al. **Camaradas, Clientes e Compadres: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe**. 2002.

SOUZA, Carlos Augusto de. **O Entorno Estratégico e as Perspectivas de Cooperação da Marinha do Brasil**. Aula inaugural dos Cursos de Política e Estratégia Marítima e de Estado Maior para Oficiais Superiores da Escola de Guerra Naval. 21 de fevereiro de 2014. Disponível em: <<http://www.egn.mar.mil.br/>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

VEDUNG, Evert. **Public Policy and Program Evaluation**, New Brunswick, New Jersey and London: Transaction Publishers. 1997.

VIETAS, Deborah e ABOIM, Isabel. **África: oportunidades para as empresas brasileiras**. 2014. Disponível em: <<http://www.bcgbrasil.com.br/Imprensa/Documents/Africa%20-%20op>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

TESES E DISSERTAÇÕES

BARBOSA, José Gomes. Políticas Públicas e Estratégia de Desenvolvimento para S. Tomé e Príncipe. 2001. **Tese de Doutorado**. Instituto Superior de Economia e Gestão. Disponível em: <[https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/774/1/Pol.%20P%C3%BAblicas\(vers%C3%A3o%20definitiva%20de%20biblioteca\).pdf](https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/774/1/Pol.%20P%C3%BAblicas(vers%C3%A3o%20definitiva%20de%20biblioteca).pdf)>. Acesso em: 29 nov. 2019.

DIONISIO DA SILVA, Daniele. O Atlântico de Língua Portuguesa em Perspectiva Comparada de Segurança e Defesa – dos documentos políticos às elaborações estratégicas. **Tese (Doutorado em História Comparada)** – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Rio de Janeiro, 2015.

MARRONI, Etienne Villela. Política Internacional dos Oceanos: caso brasileiro sobre o processo diplomático para a plataforma continental estendida. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013. 361f.

RIZZI, Kamilla Raquel. O Grande Brasil e os Pequenos PALOP: a Política Externa Brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (1974-2010). Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da UFRGS. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/54081/000851129.pdf?sequence=1>>.

Acesso em: 25 abr. 2019.

VIOLANTE, A. R.. Política Externa, Política de Defesa e Cooperação Sul-Sul como Grande Estratégia na África Ocidental: um estudo de caso em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. **Dissertação**. Mestrado em Estudos Estratégicos. PPGEST/UFF, 2017. 366p.

DOCUMENTOS OFICIAIS

ACORDOS em todas as áreas de CSS com São Tomé e Príncipe. **Sistema Consular Integrado**, Sistema de Atos do Itamaraty. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_todos>. Acesso em: 10 jan. 2016.

BRASEMB LUANDA PARA SERE – **TELEGRAMA**. 21/11/1995. Cooperação Educacional é a que mais se destaca entre Brasil e São Tomé e Príncipe em 1995.

BRASEMB SÃO TOMÉ PARA SERE – **TELEGRAMA**. 10/08/2008. Incremento da cooperação entre Angola e São Tomé e Príncipe, a partir da chegada do MLSTP-PSD ao poder com o Primeiro-Ministro Rafael Branco, principalmente na agropecuária, na infraestrutura, petróleo e em defesa.

BRASEMB SÃO TOMÉ PARA SERE – **TELEGRAMAS**: 18/07/2003. Interesse estadunidense na exploração do petróleo do Golfo da Guiné.

BRASEMB SÃO TOMÉ PARA SERE – **TELEGRAMAS**: 14/08/2007 e 25/07/2008.

BRASEMB SÃO TOMÉ PARA SERE – **TELEGRAMAS**: 12/09/2003, 07/11/2003, 25/06/2004 – Primeiras Visitas de Alto Nível Político de um Governo Brasileiro em São Tomé: Chanceler Amorim, em maio de 2003, e Presidente Lula, em novembro de 2003.

BRASEMB SÃO TOMÉ PARA SERE – **TELEGRAMAS**: 16/10/2003, 26/09/2003, 30/07/2004. PETROBRAS encontrava-se no limite para novos investimentos na exploração e petróleo na ZEE e ZDC de São Tomé e Príncipe e São Tomé e Príncipe e Nigéria, respectivamente.

BRASIL. **Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008**. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa. Brasília, D.F., 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm>. Acesso em: 25 jul. 2019.

BRASIL. Decreto Legislativo n 373 de 2013. Aprova a **Política Nacional de Defesa**, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional, encaminhados ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 83, de 2012). Disponível em: http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf. Acesso em: 25 jul.2019.

BRASIL. MRE, MD e ABC – **Dados desclassificados** sobre Política Externa, Defesa e CSS. **PROJETOS do Brasil em África**. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/Projetos/pesquisa>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

NOTÍCIAS EM PÁGINAS DA INTERNET

19 ANOS DEPOIS, São Tomé troca Taiwan pela China. Taipé Recusou dar 100 Milhões de dólares em ajuda. Pequim aplaude ruptura que deixa ilha rebelde só com 21 aliados diplomáticos – **Noticioso DN**. Disponível em: <http://www.dn.pt/mundo/interior/19-anos-depois-sao-tome-troca-taiwan-pela-china-5565650.html>>. Acesso: em 26 dez. 2016.

ANGOLA E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE rubricam acordos de cooperação em segurança. **Agência Angola Press**, em 26/05/2014. Disponível em: http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2014/5/26/Angola-Sao-Tome-Principe-rubricam-acordos-cooperacao-dominio-seguranca,d5f9eaac-a7cc-4d93-bdf6-7bb4dee04fc5.html>. Acesso em: 20 jul.2019.

BRASIL vai equipar Marinha são-tomense, diz Nelson Jobim. **Agência Angola Press**. Disponível em: http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/africa/2009/2/13/Brasil-vai-equipar-Marinha-sao-tomense-diz-Nelson-Jobim,8737fce1-f009-47e4-be76-7bfb0748c77d.html>. Acesso em 25mar. 2016.

COOPERAÇÃO bilateral de Portugal com São Tomé e Príncipe. Camões – **Instituto da Cooperação e da Língua**. Disponível em: <http://www.instituto-camoes.pt/sao-tome-e-principe/root/cooperacao/cooperacao-bilateral/sao-tome-e-principe#sthash.WhjLjz4N.dpuf>>. Acesso em: 14 jul. 2019.

DADOS Sociais, políticos e econômicos de São Tomé e Príncipe. **Banco Mundial**. Disponível em: <http://www.worldbank.org/pt/country/saotome>>. Acesso em: 25 mai. 2019.

FRANÇA encerra missão diplomática em São Tomé e Príncipe. **Jornal Vitrine**, em 24/08/2015. Disponível em: <http://www.vitrine.st/vitrine4029.htm>>. Acesso em: 29 jul. 2019.

São Tomé e Príncipe e a Nigéria estudam estratégia comum para enfrentar a pirataria marítima no Golfo. **TÉLANÓN**, em 30/04/2013. Disponível em: <http://www.telanon.info/politica/2013/04/30/13069/sao-tome-e-principe-e-a-nigeria-estudam-estrategia-comum-para-enfrentar-a-pirataria-maritima-no-golfo/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

ENTREVISTAS

CRISTIANO ARGEMIRO DOS SANTOS, Capitão de Fragata, Encarregado do GAT-FN-STP. Questionário sobre a avaliação da arquitetura de defesa instalada em São Tomé e Príncipe e outros afins. Respondido em: 08/08/2016.

JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO LEITÃO, Embaixador do Brasil em São Tomé e Príncipe de abril/2011 a nov/2016. Questionário respondido em: 11/08/2016.

LASSALETE NETO, Assessora do Diretor de Política Nacional de Defesa de São Tomé e Príncipe, em 10/10/2016. Entrevista por *e-mail*, gravada. 5 min.

MARIO ORLANDO DE CARVALHO JUNIOR, Capitão de Fragata, Encarregado do NMNBSTP. Questionário sobre a avaliação da arquitetura de defesa instalada em São Tomé e Príncipe e outros afins. Respondido em: 08/08/2016.

Recebido em: maio/2020.

Aprovado em: fevereiro/2021.